



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - APRIMORAMENTO DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS		
EVENTO: Seminário	Nº: 0965/13	DATA: 10/07/2013
INÍCIO: 14h45min	TÉRMINO: 18h37min	DURAÇÃO: 03h52min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h52min	PÁGINAS: 83	QUARTOS: 47

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

DANIEL CARA - Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
FRANCISCO FONSECA - Professor de Ciência Política na Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
PEDRO PONTUAL - Diretor de participação social da Secretaria-Geral da Presidência da República.
LUCIANO MARTINS COSTA - Jornalista e Representante do Observatório da Imprensa.
GABRIEL SOARES - Representante do Movimento Passe Livre.
EDUARDO DANTAS - Representante do Movimento Passe Livre.
CRISTIANE BRUM BERNARDES - Professora do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados — CEFOR.
RODRIGO FÉLIX - Representante do Movimento Passe Livre.

SUMÁRIO: *Seminário Democracia Participativa e Representativa.*

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Boa tarde a todos e a todas. Declaro aberto o terceiro seminário desta Comissão Especial de Aprimoramento das Instituições Brasileiras, cujo tema é *Democracia Participativa e Representativa*.

Informo que foram convidados — mas declinaram do convite, por compromissos anteriormente agendados — os Srs. José Adércio Leite Sampaio, Procurador da República, e Jairo Nicolau, Professor do Departamento de Ciência Política da UFRJ.

Para compor a Mesa e o painel dos debatedores, chamo o Sr. Luciano Martins, jornalista e representante do *Observatório da Imprensa*; o Sr. Francisco Fonseca, professor de Ciência Política na FGV, em São Paulo; Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação — 10% do PIB para a educação; e Pedro Pontual, Diretor de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Contamos aqui com alguns alunos da UnB e temos também, representando o Movimento Passe Livre, o Sr. Gabriel Soares, o Sr. Rodrigo Félix e o Sr. Eduardo Dantas e a Sra. Cristiane Bernardes, Professora do CEFOR.

Aos palestrantes serão concedidos 15 minutos, acrescidos de mais 5 minutos para a conclusão, ou seja, 20 minutos; aos debatedores, serão concedidos 10 minutos, podendo haver um acréscimo de mais 3 minutos.

Temos aqui a presença também do Deputado Nazareno Fonteles, que é autor da PEC 33 e um guerreiro na luta pela democracia.

Em função dos compromissos, eu vou sugerir a ordem de apresentação. Primeiramente, vou passar a palavra ao Sr. Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Com a palavra o Sr. Daniel Cara.

O SR. DANIEL CARA - Boa tarde a todos e a todas. Em primeiro lugar, eu queira agradecer, em nome da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o convite.

Este é um momento muito oportuno para fazer um debate sobre democracia participativa e democracia representativa e sobre a reforma das instituições brasileiras. Na avaliação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação é



fundamental que a democracia brasileira ganhe cada vez mais possibilidades de participação.

Eu peço desculpas por não poder permanecer para os debates, porque agora está sendo votada— já está em andamento a Ordem do Dia — uma matéria fundamental para a educação pública brasileira, que é a destinação das receitas relativas ao petróleo e à educação, que é um bom exemplo sobre os limites da participação no Congresso Nacional, considerando a história como um todo, desde o nascimento dessa proposta até sua conclusão, que está próxima de acontecer aqui na Câmara dos Deputados.

Claro que essa matéria irá, depois, para a sanção presidencial, e poderá sofrer alterações, vetos. Mas ela retrata um pouco da nossa história de participação aqui na Casa, na luta pelo FUNDEB, com o Movimento FUNDEB Pra Valer! e o Movimento dos Fraudas Pintadas — na época o Pedro Pontual, que ainda não estava no Governo Federal, acompanhou fortemente essa luta —, e, depois, na luta pelo Plano Nacional de Educação.

A minha fala vai se centrar naquilo que a área de educação tem conquistado em termos de mudanças legislativas, no sentido de que ela investe em mecanismos de participação e, especialmente, na pressão sobre autoridades, com uma forte interlocução com a imprensa. A campanha na área de educação, naquilo que se restringe à área de educação, nas páginas de jornais, seções dos jornais que tratam da área de educação, é uma das principais fontes. Hoje, segundo o Clipping do MEC, em temas específicos, é a principal fonte de informação. E também é um trabalho que fazemos no sentido de formar atores sociais para que participem desse processo de luta por leis educativas que garantam o direito à educação.

A ideia, para ser uma conversa que tenha mais sentido, farei uma narrativa, em vez de ser muito conceitual.

O meu mestrado, inclusive, foi sobre a relação entre sociedade civil e Estado, trabalho que defendi na Universidade de São Paulo.

Mas em vez de ficar no debate muito conceitual, vou tentar apresentar um pouco da trajetória dos movimentos educacionais na luta pelo direito à educação e como isso reflete os limites e as possibilidades da democracia participativa e representativa, não só em termos de instituições ou espaços de participação, mas também a



participação — que aí foge um pouco da ideia do conceito de democracia participativa *stricto sensu* — no sentido da pressão sobre os Parlamentares.

Devo ressaltar que a Teresinha, que assessora esta Comissão, vivenciou a luta pelo Plano Nacional de Educação.

Mas o que queria começar a dizer para vocês é que o Plano Nacional de Educação e a própria lei de vinculação das receitas com o petróleo para a educação nasce na Conferência Nacional de Educação.

A Conferência Nacional de Educação, inicialmente precedida pela Conferência Nacional de Educação Básica de 2008, determinou que as deliberações da Conferência deveriam orientar o Governo Federal a enviar o seu projeto de Plano Nacional de Educação, tal como demandado pelo art. 214 da Constituição Federal — que, por sua vez, tinha sido alterado por deliberações da CONEB.

Basicamente, o art. 214 da Constituição Federal foi reformado com a seguinte ideia: primeiro, é preciso que o Plano Nacional de Educação oriente os sistemas públicos de educação tanto da União como do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

O Brasil tem hoje quase 3 mil sistemas públicos de ensino, considerando que não são todos os 5.565 Municípios que têm sistemas próprios — embora a grande parte dos Municípios tenha —; considerando que os 26 Estados e o Distrito Federal têm sistemas próprios de Educação e que a União não tem um sistema formalmente estabelecido para alguns autores. A nossa interpretação da LDB é que também existe um sistema nacional, haja vista que tem um Conselho Nacional de Educação. É um debate também muito específico da área de educação.

A CONEB cria dispositivos de fortalecimento do Plano Nacional de Educação, inclusive a extensão da obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos e o fim da desvinculação das receitas da União à educação; isso vem para a Câmara dos Deputados e é muito interessante como a Câmara dos Deputados, diferentemente do Senado Federal, acaba sendo mais aberta às propostas da sociedade. Pode ser que a proposta não prospere. Para prosperar, são outras variáveis que predominam, como, por exemplo, o interesse das Lideranças partidárias, a pauta de negociação com o Governo. Portanto, são questões meramente político-partidárias vinculadas a um aspecto conjuntural, normalmente.



Mas o fato de a Conferência Nacional de Educação Básica ter dito que era preciso mudar aspectos importantes da Constituição fez com que isso desse uma nova legitimidade ao processo.

O resultado foi que, de fato, conseguimos alterar a Constituição, estender a obrigatoriedade do ensino para a faixa de 4 aos 17 anos. Hoje o Brasil, por força dessa luta da sociedade na Conferência Nacional de Educação Básica, é o país da América Latina que tem a maior obrigatoriedade de ensino. Isso para as próximas gerações vai significar um avanço muito grande, especialmente graças ao acesso à pré-escola e ao ensino médio, que antes não era considerado. Além do mais, a educação não sofre mais os efeitos da desvinculação das receitas da União, montante que — para vocês terem uma ideia — foi de cerca de 70 bilhões, em 10 anos, o que havia sido tirado com a desvinculação das receitas da União.

E também se conseguiu fazer com que o Plano Nacional de Educação fosse uma realidade.

Bom, dito isso, a gente conseguiu aprovar na Conferência Nacional de Educação as diretrizes para o Plano Nacional de Educação. E, diferente do que aconteceu na CONEB, o Governo Federal não assumiu as pautas aprovadas pela sociedade. E aí criou-se um grande conflito porque o Governo Federal, na gestão do Presidente Lula, foi o que mais promoveu conferências — o Pedro trabalha na Secretaria-Geral da Presidência e hoje é um dos responsáveis pela sistematização de todo esse trabalho, e imagino que ele vai apresentar aqui para os presentes o que tem sido feito pela Secretaria-Geral —, mas não tomou aquilo como referência e rejeitou as deliberações da Conferência Nacional de Educação. Claro que havia efeitos orçamentários e era fruto de debate, mas que, pelo menos, deveria ter havido uma intenção de fazer com que essas deliberações constassem no documento original do Governo ou então uma justificativa de por que não constavam. Ao final, o Governo mandou para cá um projeto tímido que recebeu 2.915 emendas, um número de emendas até superior ao oferecido a algumas leis importantes — e há quem diga que seja superior à Constituição, mas, considerando o processo inteiro da Constituição, não faz sentido essa comparação. Sem dúvida nenhuma, porém, 2.915 emendas refletem o quão tímido foi o projeto do Governo e o quanto ele traiu aquela perspectiva da Conferência Nacional de Educação.



O próprio Fórum Nacional de Educação, que inclui participantes do Ministério da Educação, também se coloca contra o projeto original do Governo Federal enviado na época, 15 de dezembro, pelo Ministro Fernando Haddad, em mensagem anunciada para a sociedade no Palácio do Planalto com a nossa presença — é claro que a gente não conhecia o texto.

E aí começa a nossa trajetória. Quando o texto foi enviado, antes das 2.915 emendas, graças a uma jornalista que queria uma entrevista qualificada e que mandou o conjunto do projeto, em 3 horas a gente respondeu, após a divulgação — é claro que a gente recebeu no dia anterior pela jornalista.

Então, a preferência nesse processo foi para divulgar para a imprensa já com a defesa das teses do Governo de que o plano era ótimo, e a gente, em apenas 3 horas depois de ele ser anunciado, publicado, fez um posicionamento público que gerou também uma série de matérias na imprensa.

A imprensa tem uma característica curiosa. O Luciano Martins é do *Observatório da Imprensa* e analisa as ações da imprensa. Eu não me refiro aos editoriais, mas os repórteres, pois eles estão em um processo de linha de produção e têm que ter fonte e notícia. Quando a sociedade consegue fazer uma notícia de qualidade — o editorial depois vai dizer que é tudo uma besteira, como aconteceu o tempo todo no PNE —, mas os repórteres conseguem colocar nas páginas dos jornais, e os editores normalmente não conseguem controlar esse processo.

Bom, o resultado foi que a gente responde rápido, constrói as emendas, apresenta as 2.915 emendas e parte para o debate do Plano Nacional de Educação, assim como nós agora estamos fazendo o debate aqui dos *royalties*, ou seja, sem qualquer nota técnica do Governo Federal.

Quatro meses depois, graças a um pedido que fizemos na Comissão Especial — a Terezinha se lembra, e a nossa impressão, no início, quando a gente chegava na Comissão Especial, era a de que os Deputados tinham um pouco de medo da gente, porque a gente tinha criado aquelas 2.915 emendas, feito aliança com vários Deputados, mas nem todos tinham assinado as emendas que nós havíamos proposto —, no final do processo, a partir do momento em que a gente pressiona e convence alguns Deputados a solicitar ao MEC as notas técnicas, o MEC apresenta uma nota técnica com nenhum centavo novo indo para o ensino médio — que é um



grande problema do País — na previsão de investimento de 7% do PIB. E a gente calculava que o ensino médio precisaria de pelo menos 3 bilhões por ano a mais, além do que é investido hoje, que é cerca de 18 bilhões, para garantia de um padrão mínimo de qualidade.

Com essa argumentação técnica, a gente vai ganhando o processo parlamentar. O processo é extenso, vai de dezembro de 2010 a 26 de junho de 2012, e foi aprovado sem definir fontes de financiamento. A gente aprova os 10% do PIB para educação pública com base em notas técnicas — na prática a gente precisa de um pouco mais do que isso, por conta da dívida da educação pública brasileira — e o Governo Federal, logo de cara, começa a dizer, o Ministro Guido Mantega vai à imprensa dizer que a educação quebraria o País. A Ministra Ideli Salvatti, naquele momento, disse que era uma gracinha do Congresso Nacional, misturando isso com outras pautas do Congresso, como o aumento de verba parlamentar, etc.

A Presidenta Dilma disse que não dava para aceitar essa questão, mas a pressão da sociedade gerou a manutenção dessa tese, e o PNE, depois, seguiu para o Senado. Há uma tentativa de recurso do Governo Federal para prendê-lo na Câmara, mas a gente derruba com o apoio de Parlamentares do PDT, do PMDB, do PSB e do núcleo de educação do PT. Então, a gente consegue, fazendo contato, não com as Lideranças, mas com os Parlamentares, nos seus núcleos específicos, derrubar o recurso.

O PNE vai para o Senado Federal, e o Governo começa a dizer que não vota o PNE enquanto os *royalties* para a educação não forem aprovados como alternativa de fonte de financiamento. Só para deixar claro para vocês aqui, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Governo Federal, vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos e, portanto, à Presidência da República, fez um estudo, em dezembro de 2011, que mostra uma série de fontes de financiamento para o Plano. Essa nota foi amplamente debatida na Comissão Especial, mas os Deputados decidiram que não era o melhor momento para apresentar fontes de financiamento, e a gente sempre soube e sempre disse que o petróleo nunca viabilizaria os 10% do PIB. Por quê? Porque a exploração do pré-sal, e mesmo das novas áreas de concessão, é uma exploração que demora para se obter o óleo, há fronteiras



tecnológicas que precisam ser rompidas e, inclusive, tem que ser criado um procedimento de exploração. Portanto, esse dinheiro só começaria a chegar por volta de 2019.

Resultado: o projeto dos *royalties* teve várias versões. Primeiro, veio uma medida provisória; depois, um projeto do Deputado Zaratini. Na verdade, primeiro veio a medida provisória e agora o PL nº 5.500, e o movimento nas ruas — e aí eu queria parabenizar os integrantes do movimento Passe Livre, que não tinham isso como pauta, mas a luta pela redução das passagens, a luta justíssima pela redução das passagens —, acabou gerando um processo de mobilização que superou essa questão, ainda que o Movimento Passe Livre, corretamente, sempre disse que a questão central para o movimento — não sei o que vocês pensam, mas de São Paulo pelo menos eu tinha essa sensação — era a redução das passagens.

Entraram outras pautas, como a educação, e aí a Presidenta vai colocar entre seus cinco pactos a questão dos *royalties*, e quando ela coloca a questão dos *royalties*, volta o projeto. E, dessa forma, a gente consegue mostrar o que sempre dissemos: que o projeto original da Presidenta Dilma destinava muito poucos recursos à educação. A Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados calcula 28 bilhões, outros especialistas calculam 10 bilhões, o Ministério de Minas e Energia, de vez em quando, aponta 5 bilhões. Quer dizer, era um recurso muito ínfimo perante a necessidade de 220 bilhões de reais que são necessários para viabilizar os 10% do PIB.

Resultado: a gente consegue aprovar aqui na Câmara dos Deputados um projeto muito mais substancial, em que pese o fato de que o projeto nasce numa audiência pública, no dia 25 de junho de 2013, ou seja, alguns dias atrás. Aquele era um projeto muito mais substantivo, porém, distante das nossas necessidades. O projeto vai ao plenário e é aprovado. No Senado Federal, por uma forte pressão do Governo, reduzem-se drasticamente as fontes de recursos.

Basicamente, o que está em debate aqui é: se 50%, metade, do Fundo Social do pré-sal vai ser destinado à educação pública — e a gente faz questão de defender a educação pública — e se a outra metade vai para o fundo de capitalização do pré-sal, que é um Fundo Soberano.



O Fundo Social do pré-sal só tem social no nome, como o Fundo Social de Emergência, do Fernando Henrique — quando ele criou a DRU —, que de social não tinha nada. Aquilo era só para dar uma justificativa à sociedade sobre o que significava aquele fundo, que é capitalizar o País e constituir reservas cambiais. A gente queria todo o fundo durante a vigência do PNE. Dessa forma, viabilizavam-se os 10%, mas metade vai para a educação, há outras fontes de receitas, de *royalties*, etc. Essa é uma história meio complicada, pois o Senado retira essa possibilidade, reduzindo bastante, drasticamente, o recurso da Câmara, e o debate agora, aqui, está sendo um debate ainda sem nenhum número do MEC, nenhum número do Ministério de Minas e Energia, um debate contra o projeto do Senado e o projeto da Câmara. A única instituição que fez uma projeção oficial foi a Câmara dos Deputados, que está sendo duramente criticada pelo Executivo.

Isso também demonstra a fragilidade dos debates entre os Poderes. Quer dizer, não pode o Governo Federal, não pode o Executivo enviar um projeto que tem impacto orçamentário sem fazer uma previsão de receitas. Quer dizer, é completamente contraditório, é completamente antitransparente, não colabora com um processo de democracia representativa nem, muito menos, com um processo de democracia participativa.

Para finalizar, o resultado disso é que a nossa experiência mostra que a realização de pressão aqui na Câmara dos Deputados surte um efeito enorme. No Senado Federal é muito menos efetivo. O Senado é uma Casa muito mais fechada. A sociedade brasileira não tem dimensão do quão estratégico e do quão produtivo é ter uma relação mais próxima com a Câmara dos Deputados, ainda que pese que Câmara dos Deputados tenha de melhorar em diversos aspectos, mas acaba sendo mais transparente, acaba sendo mais aberta à participação.

A gente inclusive pode, com o apoio de um Deputado, participar até de algumas sessões plenárias para tirar dúvidas de seus colegas — coisa que no Senado é impossível. Mas nós temos diversos limites impostos pela lógica do Poder Executivo em uma relação de tentativa de controle sobre as bases do Congresso Nacional, que acabam gerando debates totalmente desqualificados, como é o caso do PNE e dos *royalties*. Se não fosse a sociedade civil, esses debates não teriam



qualidade técnica. Muitos Parlamentares, que estão totalmente preparados para fazerem esses debates, ficam isolados normalmente.

Na educação, as falas do Deputado Paulo Rubem Santiago, do Deputado Ivan Valente, da Deputada Fátima Bezerra, falando de outra vertente, como o Deputado Izalci, que são Deputados que estudam a área, não conseguem se colocar.

Quando a gente fala de reforma política — e eu sou defensor da ideia do plebiscito, em que pesem todas as questões que estão sendo colocadas. Participei do referendo pelo desarmamento. Como ele é submetido à lei eleitoral, só os partidos podem se pronunciar. Por exemplo, organizações da sociedade civil que têm apoio de organismo internacional ou de financiamento internacional, mesmo sindicatos, não podem se pronunciar, porque isso, teoricamente, feriria o interesse nacional.

Em que pese a defesa da ideia do plebiscito, das consultas populares, é importante dizer que a reforma política tem que ser muito mais ampla do que simplesmente uma reforma eleitoral, que está em jogo agora. Ela deve passar, inclusive, por processos de transparência da forma como é tratada a coisa pública; ela deve incluir na sua pauta a exigência de mecanismos de participação e de interlocução constantes entre o Legislativo e a sociedade civil — especialmente no Senado Federal; e ela deve partir também daquilo que funciona no País em termos de democracia representativa ou de possibilidade de pressão — dizendo de maneira mais correta — sobre os Parlamentares, reconhecendo os espaços que existem no Congresso Nacional. Também não dá para jogar o bebê com a água do banho.

Para finalizar, até porque terei que sair, uma vez que está começando uma reunião sobre os *royalties* e terei de apresentar uma memória de cálculo que nós fizemos, quero dizer que fico muito feliz com este debate. A reforma política deveria estar sendo muito mais discutida neste seminário do que simplesmente a mera discussão da reforma eleitoral, que não é pouco importante, mas não vai esgotar os problemas. A qualidade da nossa democracia não vai melhorar, essencialmente, com essa reforma eleitoral, em que pese o fato de que toda possibilidade de plebiscito e referendo seja importante. Agora, é preciso reformar a lei eleitoral para



que a sociedade civil possa defender suas questões em um plebiscito e em um referendo, coisa que não acontece pela lei eleitoral atual.

Não sei se eu fugi muito do tema, mas quis dar um exemplo prático. Agradeço a vocês a possibilidade de estar aqui e participar deste seminário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Obrigado, Daniel. Gostaria de passar a palavra agora ao Dr. Francisco Fonseca, Professor de Ciência Política da FGV. Depois, passarei a palavra ao nosso representante aqui da Secretaria-Geral, Pedro Pontual.

Pode deixar que eu controlo o seu tempo.

O SR. FRANCISCO FONSECA - Boa tarde a todos. Queria dizer do meu prazer em estar aqui com todos e com todas, tanto com os debatedores como com a plateia, para que possamos discutir conjuntamente temas de mais alta relevância. Quero agradecer à Comissão Especial — Aprimoramento das Instituições Brasileiras e ressaltar a importância de o Parlamento discutir esse tema que ocupa hoje a nossa primeira ordem de questões da própria agenda política brasileira.

O tema Democracia Representativa e Democracia Participativa é um tema clássico, tanto na vida política dos cidadãos, dos países, como da própria Ciência Política e das Ciências Sociais. Esse é um dos temas mais relevantes tanto social como academicamente.

Neste momento em que nós estamos vivendo profundas manifestações do País, torna-se mais relevante — muitos ainda estão sem entender ou tentam compreender o seu significado — retomar um pouco alguns conceitos, sobretudo colocar alguns problemas que mais me parecem importantes, e refletir sobre esse tema.

A relação, os alcances e os limites entre essas duas formas de democracia, a democracia representativa e a chamada democracia participativa, nos ocupam também fortemente, como eu disse há pouco, o pensamento acadêmico. Muitos sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, enfim têm-se dedicado a esse tema.

Vou lembrar o sociólogo Manuel Castells, bastante conhecido, que tem alertado, há bastante tempo, em várias de suas obras, justamente para os limites da democracia institucional. O que se entende por democracia institucional é



justamente a democracia que ocorre entre os poderes instituídos, ou as relações e o jogo político entre os poderes instituídos e os partidos.

Essa forma de democracia, que é também chamada de democracia liberal, encontra, digamos assim, no mundo contemporâneo algo consolidado. A democracia institucional, liberal, desse ponto de vista das instituições políticas, é a marca do mundo contemporâneo que genericamente é chamado de democrático. No entanto, o esgotamento, enfim, as formas de esgotamento deste modelo estão sendo observadas em vários lugares do mundo e em várias realidades. Podemos citar algumas delas.

Com tudo o que aconteceu, por exemplo, depois de 2008, o *crash*, a resposta dos Governos, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa, tem sido uma resposta eminentemente antipopular. O movimento Occupy, em Nova Iorque, nos Estados Unidos, dizia: “*Nós somos 99%*”. Ou seja, 1% é o sistema político, 1% é O sistema financeiro, 1% é o sistema midiático. Eles não nos representam. Temos que ocupar as ruas, não é? Parece-me que essa bandeira — “*Nós somos 99%*” — é uma bandeira simbólica extremamente importante que expressa isso o que Manuel Castells chama desse limite da democracia institucional. Quer dizer, não é uma questão apenas brasileira, é também uma questão brasileira — e nós vamos entrar nas nossas particularidades —, mas é uma questão, de fato, mundial. Há esse modelo da chamada democracia liberal, institucional, partidária, independentemente do modelo.

Vejam, os Estados Unidos são uma república presidencialista bipartidária. Vários países europeus são monarquias parlamentares; outros tantos países são repúblicas parlamentares, ou seja, nós temos modelos de Estado, de sistemas políticos distintos e, no entanto, apesar dessas diferenças, a chamada democracia institucional continua em crise. Em Madri, na Espanha, o Governo espanhol é odiado por 99% dos espanhóis e vem aprovando reformas e mais reformas eminentemente antissociais e antipopulares. Vejam o caso do Governo grego. Onde vocês quiserem.

É importante chamar a atenção para essa dimensão que não é exclusivamente brasileira justamente para observarmos o que há de específico no Brasil, mas combinado com o que é uma questão maior.



Muito da democracia, institucional, representativa, parlamentar, dos partidos, é acusada, não só pela literatura, mas também por vários filmes que possivelmente vocês conheçam, não é? *The Corporation — A Corporação*. Esse é um filme que denuncia em escala global o papel das grandes corporações multinacionais perante os Governos. Para quem não assistiu, é um documentário muito interessante, com cerca de 3 horas de duração, que mostra detalhes da participação dos grandes conglomerados internacionais nos Governos, dominando a agenda governamental. Empresas como a Monsanto, a IBM. Para quem não sabe, a IBM fez a chamada contabilidade macabra do nazismo. O Hitler comprou da IBM um programa para contabilizar os mortos, os assassinatos. Isso tudo está lá no filme.

Outro filme, apenas para mostrar como esse mal-estar chegou a um plano também, digamos assim, do cidadão comum, o *Inside Job — Trabalho Interno*. É um filme absolutamente marcante, um documentário, sobre o que foi a crise, a bolha especulativa imobiliária nos Estados Unidos, a completa cooptação do Estado norte-americano pelo capital financeiro.

Há tantas outras, a Empresa Enron, que, justamente, corroeu completamente os Estados Unidos por dentro. É interessante observar isso para dizer que essa crítica também está presente nos filmes do Michael Moore, enfim, e de tantos outros que trazem para uma linguagem do cidadão comum problemas extremamente complexos.

Com isso, há uma oposição entre o mundo dos *lobbies* e o mundo do que alguns autores chamariam de uma poliarquia, não é? A poliarquia é entendida como a democracia integradora, a democracia em que o conflito não é apenas permitido, mas também encaminhado, a democracia como certa horizontalidade. Parece-me que esses filmes que trazem problemas conceituais para o mundo real, digamos assim, por meio de experiências concretas, no fundo estão dizendo isto: a democracia se tornou uma espécie de democracia do *lobby*, de democracia do poder financeiro, do poder econômico, do poder, enfim, que consegue chegar aos centros de decisão política *versus* a democracia dos 99%. Essa fantástica imagem dos movimentos, a de que nós somos 99%.

Bem, então esse é um pano de fundo que eu queria colocar para chegarmos até ao Brasil.



O Brasil está passando por um momento de transição. Diga-se de passagem, há uma questão, antes de falar do Brasil, anterior a isso, que é o modelo de acumulação. Ou seja, como é que funciona o capitalismo de tempos em tempos?

Esses tempos podem demorar 200, 300 anos. Até 30 ou 40 anos atrás, o modelo de acumulação capitalista era aquilo que se chamava genericamente de fordista ou fordista-keynesiano. O que significa isso? O modelo fordista é o modelo que ocupa massivamente os trabalhadores. Uma fábrica dos anos 40, da Ford, tinha lá 40 mil operários. Era um modelo massivo. E o modelo keynesiano é o modelo de regulação macroeconômica do Estado em que a lógica do crescimento se sobrepõe à lógica fiscal. Ou seja, é a ideia, a importância do crescimento, do chamado pleno emprego, como elemento fundamental.

O Brasil, a partir dos anos 30, foi o modelo fordista-keynesiano. Os Governos Vargas, JK e até os Governos militares — embora, no caso dos militares, destituídos completamente de preocupação social — foram modelos de alguma maneira fordistas- keynesianos — papel intensivo da mão de obra, uma regulação importante do Estado —, e, sobretudo nos anos 80, esse modelo em perspectiva internacional, portanto, esse modelo de acumulação capitalista, é substituído paulatinamente por aquilo que se chama de modelo flexível de acumulação.

A ideia, por exemplo, daquilo que nós chamamos de obsolescência programada. Este iPad foi programado para ser destruído. As suas peças quebrarão daqui a um tempo. Esse tempo foi predeterminado pelos gerentes, pelos executivos, pelos engenheiros das grandes empresas. O custo ambiental disso é terrível, e o custo social também. A obsolescência programada na verdade está dentro de um circuito de intensa circulação de bens e serviços, que corresponde à circulação de pessoas do trabalho. Daí aquilo que, no Brasil, nós conhecemos fortemente como precarização do trabalho, como “pejotização”. A introdução da PJ, da Pessoa Jurídica, substituindo, de maneira violenta e brutal, a CLT. A CLT está sendo derrocada, na prática, pela pejotização, por todas as formas de precarização, de terceirização, mas sobretudo de precarização do trabalho.

O Brasil, a partir de 1990, entra também nesse novo modelo que, além da obsolescência programada, aquilo que se chama de *just in time*, tudo aquilo que é feito de acordo com a encomenda, ou seja, se uma indústria automobilística, nos



anos 40, empregava 40 mil trabalhadores, hoje emprega 2 mil. E fabrica muito mais automóveis em muito menos tempo. Está claro?

Por que eu estou falando tudo isso, se nós estamos discutindo democracia representativa e participativa? Essa é uma boa pergunta. Porque o sistema político, no capitalismo, responde fortemente à maneira de produzir.

Os conflitos que existem na sociedade capitalista chegam ao sistema político, obviamente. O que eu estou querendo dizer com isso, considerando o Brasil, mas também pensando nos filmes aos quais me referi, é que as formas de governo da democracia liberal e institucional cada vez dão menos conta dos grandes problemas e dilemas em que o modelo capitalista, chamado flexível, nos coloca.

Em larga medida, a questão para a economia capitalista não é mais o emprego formal. Agora a pergunta é: como o Estado brasileiro — Executivo, Judiciário e Legislativo — responde a um mundo que cria menos emprego ou que se desemprega estruturalmente?

Portanto, estamos falando de uma economia marcada fortemente, sobretudo a brasileira, e outras tantas, pela informalização. Que respostas tem o poder do Estado brasileiro — não é de um poder específico, mas de todo o Estado brasileiro — para responder a essas questões que vão impactar, evidentemente, no transporte, na habitação, nas grandes questões sociais. Está claro?

Acho que esse é um tema pouco abordado pela Ciência Política. Eu não vou ter tempo de falar muito agora sobre isso, mas eu queria chamar atenção no sentido de que os limites da democracia institucional, do jogo partidário, do jogo das instituições também tem como elemento central o modelo de acumulação flexível que desemprega, que desnacionaliza. As privatizações do Brasil foram fortemente desnacionalizantes. Ou seja, transferiu, não apenas a propriedade, mas a tomada de decisão do empresariado nacional para o exterior.

Portanto, desenraizando. Como o Estado responde a isso? Quais as consequências desse movimento? Hoje, no Brasil, fala-se inclusive de desindustrialização. É evidente que isso tem impacto brutal na vida das pessoas. Se tem impacto na vida das pessoas, tem impacto no sistema político. Está claro? Muito bem.



Apesar disso, observamos, no Brasil, algo muito interessante, sobretudo desde a Constituição de 1988. Uma tentativa, um apoio extremamente grande e importante promovido pela Constituição de 1988, em relação a uma democracia participativa. Por exemplo, plebiscitos; referendos; audiências públicas; renovação dos Parlamentos, por meio de Comissões como esta, e outras inovações, como orçamento participativo — apenas para dar alguns exemplos.

Isso tudo tem sido muito importante para que haja uma cidadania ativa, para que os diversos problemas apareçam de maneira viva na sociedade brasileira. As audiências públicas, por exemplo, têm um papel sempre muito importante.

No entanto, essas iniciativas participativas têm sido, a meu ver, corroídas por dois grandes sistemas ou duas grandes não reformas. Com isso, eu vou tentar finalizar. A primeira é a não reforma do sistema político brasileiro. Já é certo truísmo dizer isso. Ou seja, o financiamento das campanhas do Brasil é misto formalmente. No entanto, para a grande maioria do sistema político, é privado. E é privado legal e é privado ilegal. Também não estou falando nenhuma novidade. Isso torna o custo das campanhas altíssimo.

Eu, recentemente, estava conversando com algumas pessoas sobre campanha política no interior. Numa cidade de 50 mil habitantes, a campanha para Prefeito foi de 1 milhão de reais. Como é possível 1 milhão de reais num Município de 50 mil habitantes? É inaceitável.

Mais ainda: o sistema de coalisção. O multipartidarismo brasileiro, flexível, obriga a coalisção. Qualquer Prefeito, qualquer Governador ou Presidente da República tem que fazer amplas coalisções. Para isso eu tenho que negociar, evidentemente, o programa de governo. Daí as políticas públicas serem eminentemente contraditórias. Ao mesmo tempo em que eu defendo o meio ambiente, tenho que negociar com os especuladores imobiliários. As empresas de ônibus que financiaram Parlamentares, Vereadores, Prefeitos fazem parte da coalisção para governar. Portanto, como eu vou enfrentar o *lobby* que me financiou? Vejam, entre tantos outros problemas do sistema político brasileiro. Essa é uma não reforma. Está na ordem do dia para que nós possamos aproximar os 99% desse 1% aqui, simbolicamente falando.



A segunda grande não reforma — o Luciano vai falar um pouco mais sobre isso: a mídia. A mídia no Brasil é contra o Estado Democrático de Direito. Nós estamos falando de um oligopólio, de uma oligarquia — conceitos políticos e econômicos juntos. Onze famílias dominam o universo midiático brasileiro. Apesar de toda a movimentação, extremamente importante, de *blogs*, do próprio Facebook e de outros, isso ainda é pequeno no Brasil.

Conversava com o Luciano aqui antes de começarmos o nosso debate. Segundo a última pesquisa, 40% dos brasileiros têm acesso à Internet em casa, sendo que a Internet brasileira é uma das mais caras do mundo. A banda larga é caríssima. O computador ainda é muito caro. E apenas 50% dos brasileiros têm acesso à Internet. Se olharmos as manchas, quando pegamos os mapas, veremos que estão sempre nas classes médias dos Estados, dos Municípios. Então, Internet ainda não é para pobres no Brasil. Talvez possa vir a ser. Esperamos que venha a ser por meio de políticas públicas, mas ainda não é para pobres no Brasil.

O que eu estou querendo dizer, finalizando, é que a não reforma do sistema político faz com que a vida política brasileira, em boa medida, seja privatizada. Há um livro do Norberto Bobbio muito interessante chamado *O Futuro da Democracia*, em que ele já dizia: “*Como é difícil a vida pública ser pública*”, em termos conceituais, olhando para a história.

No sistema político brasileiro é mais ainda. Nós vivemos uma vida política privatizada, em diversas dimensões. Dos 39 partidos existentes e mais 20 que estão aguardando, quantos não são chamados, no jargão político, de partidos de aluguel? Evidentemente, não se pode jogar a água fora junto com a criança, ou a criança junto com a água suja. Existem partidos e pessoas extremamente abnegados no sistema político, apesar de algo estrutural. Não estou falando de pessoas e de partidos. Estou falando de uma estrutura política. É sempre bom deixar isso muito claro.

De qualquer maneira, finalizando, a não reforma do sistema político, a não reforma do sistema midiático... Justamente, se nós olharmos as manifestações — o pessoal do Movimento Passe Livre vai poder falar mais sobre isso —, veremos que se misturaram demandas completamente distintas, muitas delas pautadas pela grande mídia. Então, a não reforma do sistema midiático contribuiu, eu diria, de



maneira vigorosa para a visão média do brasileiro sobre a política como algo nefasto como algo negativo, quando a política é algo fundamental para mudar a vida das pessoas. Está claro? Então, a mídia é fortemente responsável por isso.

Em conclusão, é aquilo que nós vamos chamar, talvez, hoje, de uma democracia das ruas, ou seja, das vozes serem ouvidas e, mais do que ouvidas, de terem espaço institucional. Daí, por exemplo, uma Constituinte para fazer uma reforma política em que não apenas os partidos tenham assento, mas também movimentos sociais. Esse foi um debate de 1986, não é isso? E foi perdido, em 1986.

Enfim, parece-me que isso recoloca na agenda política brasileira a possibilidade de uma nova democracia e que, de alguma maneira, os 99% sejam representados.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Obrigado, Prof. Francisco Fonseca.

Queria agora passar a palavra ao Dr. Pedro Pontual, Diretor de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O SR. PEDRO PONTUAL - Boa tarde, meus colegas de Mesa; boa tarde, em especial, a vocês que estão aqui participando deste debate, promovido pela Comissão de Aperfeiçoamento das Instituições Brasileiras; e queria saudar vocês, em particular, na presença aqui dos representantes do Movimento Passe Livre. Eu acredito que vocês deram e vêm dando uma contribuição extremamente importante para a sociedade brasileira neste momento. Ao trazerem, com bastante força, as vozes da rua, inicialmente, nas reivindicações que eram próprias do movimento, e que depois acabou se alastrando para outras forças, vocês fizeram o que minha avó costumava dizer, ou seja, deram uma chacoalhada na roseira.

Penso que nós estamos fazendo este debate de aperfeiçoamento das instituições brasileiras justamente a partir deste momento, dessa chacoalhada na roseira, em que todas as nossas instituições, sejam de quais forem os Poderes — Executivo, Legislativo, Judiciário — mas não só. Penso que a Academia, a mídia, os próprios movimentos sociais, todos nós estamos mobilizados e instigados a repensar de que maneira as instituições brasileiras podem estar, cada vez mais, eu



diria, porosas às vozes das ruas, às vozes das organizações que representam as vozes das ruas.

Nós, na Secretaria-Geral da Presidência, temos por atribuição no Governo Federal justamente coordenar e articular politicamente, no âmbito do Poder Executivo, esse processo que chamamos de escuta forte e de participação social nas políticas públicas.

E eu penso que, para além das reivindicações de demandas, de políticas públicas que apareceram nesse processo, a questão do passe livre, tudo o que envolve a questão da mobilidade urbana, transporte público, a questão da qualidade dos serviços da educação, a qualidade dos serviços da saúde, o tema da segurança, etc, o tema que perpassou todas essas políticas reivindicadas, demandadas, sobretudo no seu aperfeiçoamento, na sua melhor qualidade, foi a demanda de nós querermos fazer parte, tomar parte nesse processo de aperfeiçoamento de qualificação dessas políticas.

Então, eu começaria dizendo que, para nós, na Secretaria-Geral — e a gente já vinha afirmando isso desde 2011 —, participação social precisa ser método de governo e política de Estado. Ela precisa ser método de governo no sentido de que todas as políticas, os programas e as ações de governo, em todas as etapas do seu ciclo de gestão, que a gente costuma dizer, seja na sua etapa de formulação, seja na sua etapa de implementação, seja na sua etapa de monitoramento, seja na sua etapa de avaliação, precisam ser feitas em um diálogo forte com a sociedade.

O Ministro Gilberto Carvalho, que está no Governo desde 2003, durante o Governo Lula, no Gabinete do Presidente, e agora no Governo da Presidenta Dilma, na Secretaria-Geral, sempre disse, até mesmo antes dessas manifestações, que tem plena convicção de que as melhores políticas desenvolvidas a partir de 2003 pelo Governo Federal foram aquelas geradas em espaços públicos de participação e em esferas públicas de participação social. Acho que o próprio Daniel aqui, no seu depoimento inicial, confirmou isso, mostrando que tanto o processo do FUNDEB quanto o processo da discussão dos *royalties* para a educação são frutos de processos conferenciais.

Todavia, nós vivemos num País que, como dizia o mestre Paulo Freire, é herdeiro de uma cultura política profundamente elitista e autoritária. Portanto, o



processo de transformação dessas instituições, nesse sentido que estou aqui colocando de serem mais porosas, de exercerem esse processo de escuta forte, de compartilharem o poder de decisão e de gestão à respeito das políticas públicas, é um processo de transformação que vai, muitas vezes, para além dos tempos e dos mandatos de governo, é um processo de transformação de cultura política. Portanto, carrega no exercício de cada governo, até mesmo de um governo democrático, como é o nosso, contradições, ou seja, carrega avanços, mas carrega também limitações, dificuldades.

E, quando a gente tem essa dimensão histórica mais ampla, eu acho que a gente não tem, como dizia o Paulo, o direito de desanimar. A gente tem que compreender essas contradições, essas limitações, e ousar, fazer avançar e superar essa cultura, essa tradição histórico-cultural e política em favor da construção de uma cultura política que a gente pode chamar radicalmente democrática.

E é por isso que, para nós, participação social tem que ser método de governo e política de Estado; ela tem que se transformar em algo incorporado como política de Estado que valha para qualquer governo, para qualquer gestor público. E nós temos claro um ponto de partida, que é justamente a consideração da participação social como direito. Isto é importante sempre lembrar: participação social é um direito dos cidadãos, que está consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, está na Constituição brasileira de 1988, em diversos dos seus artigos, que eu não vou citar aqui, está na Conferência de Viena, de 1993, e está, de forma mais recente, no Plano Nacional de Direitos Humanos 3 — PNDH-3, em vários de seus arquivos. Então, acho que essa é uma primeira questão importante para abordarmos.

Ora, se ela é direito do cidadão, é, portanto, obrigação do Estado. E é nesse sentido que nós realmente acreditamos na importância do fortalecimento de uma relação entre o que podemos chamar e a que vou me referir na sequência de formas da democracia participativa, que são aquelas formas de democracia em que as definições e as deliberações, as decisões sobre políticas públicas que competem ao conjunto dos cidadãos devem guardar uma relação de soma com o exercício da democracia representativa, que é exercida a partir do voto da representação dos mandatos.



Para nós, não se trata em hipótese alguma de relações antagônicas nem concorrentes. Aliás, o grande desafio é como pensarmos o tema da participação e do controle social tanto no âmbito do exercício das práticas de democracia direta e participativa como também no âmbito da democracia representativa. Certamente, vocês do Parlamento têm muita coisa a nos dizer sobre isso e muitas coisas a repensar, sem dúvida, nesse espaço.

Bem, ao longo dos últimos anos, no âmbito da democracia participativa, foi-se criando uma série de institutos de representação, de espaços de participação, que procura justamente trazer essa presença da sociedade civil na formulação, no ciclo de gestão das políticas públicas. Eu destacaria, entre algumas delas, os conselhos de políticas públicas, as conferências de políticas públicas.

Só para vocês terem uma ideia do que isso significa hoje de amplitude, nós temos agora — é importante que vocês saibam desse espaço —, de 2013 para 2014, ainda 12 conferências nacionais extremamente importantes em processo de realização: a Conferência das Cidades, onde certamente o tema da mobilidade urbana e o do transporte podem estar presentes; a Conferência do Meio Ambiente; a Conferência da Cultura; a Conferência Nacional de Educação; enfim, uma série de conferências previstas.

Nós temos as ouvidorias públicas, que também vêm se multiplicando e buscando se qualificar cada vez mais no sentido de serem entendidas como espaço onde o cidadão de fato apresenta a sua avaliação a respeito da produção e dos serviços públicos. Nós temos as audiências públicas, as consultas públicas, que incorporam, digamos, recursos da Internet como possibilidade de ampliar para o conjunto dos cidadãos, estejam eles organizados nos movimentos sociais tradicionais ou em outras formas de associação, ou até mesmo individualmente, de se manifestar a respeito de um projeto de lei, de uma política ou um programa. Nós temos também o que chamamos de mesas de diálogo e de negociação.

Então, ontem mesmo estivemos lá, no Palácio do Planalto, em uma mesa de diálogo entre Governo e sociedade civil, discutindo propostas de prioridades para o Projeto de Orçamento de 2014, assim como fizemos para o PPA — Plano Plurianual de investimentos e para a LDO.



Temos mesas de negociação que discutem políticas mais setoriais. Por exemplo, mesa de negociação a respeito de política energética, junto com o Movimento dos Atingidos por Barragens. Temos mesas de negociação tripartites — Governo, trabalhadores, empresários — como é o caso da mesa da cana-de-açúcar, da mesa com as construtoras.

Criamos, recentemente, o que a gente chama de mesa de monitoramento das demandas dos movimentos sociais, porque esse é um grande desafio para o Poder Público. Essa tradição profundamente burocrática, como lembrou aqui o Francisco, que carrega o Estado, muitas vezes, faz com que as pautas trazidas pelos movimentos sociais para o Estado não tenham a devida agilidade no seu encaminhamento e na sua resposta, seja para dizer sim, seja para dizer não.

Então, nós criamos, com membros de todos os Ministérios, uma mesa de monitoramento para acolhimento dessas pautas e para provocar que todos os Ministérios busquem dar respostas com maior agilidade e efetividade às pautas dos movimentos sociais.

Vocês vão dizer: “*Bom, do jeito que você está falando aí, está tudo bem, então, não é? Há espaço para a gente demandar tudo!*” É claro que cada um desses instrumentos a que estou me referindo, como eu disse no início, têm pontos positivos e que são efetivos e têm muitas debilidades. Então, nossa primeira grande tarefa na Secretaria-Geral tem sido justamente buscar mecanismos de aperfeiçoamento desses instrumentos.

Então, particularmente em uma relação com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA, do Governo Federal, nós temos feito uma série de diagnósticos a respeito do funcionamento de conselhos, das conferências e ouvidorias e buscado traduzir isso em recomendações para o melhor funcionamento desses espaços através do que a gente chama de notas técnicas, que vocês podem encontrar no *site* do IPEA, como: *Fatores Críticos para Organização de Audiências Públicas, Fatores Críticos para Organização de Conferências Nacionais*.

Estamos trabalhando em uma perspectiva de incorporar mais elementos fortes para que o trabalho das ouvidorias públicas se transforme em informação qualificada que ajude o trabalho de fiscalização dos conselhos.



E temos trabalhado também — e muito fortemente — com a questão de como introduzir o tema das tecnologias livres, da participação digital do *software* livre, como espaços que podem trazer novas linguagens, novas formas de participação e novos sujeitos para esse processo de participação.

Então, esta é a primeira grande tarefa: aperfeiçoar esses instrumentos. A segunda é a criação de novos instrumentos. Nós precisamos pensar em novos instrumentos. E eu acho que justamente essas manifestações mais recentes colocam fortemente isso.

Quer dizer, como nós vamos fazer com que, por exemplo, os conselhos, que são instituições representativas, incorporem na sua prática mecanismos, muitas vezes, de consulta mais direta àqueles que eles representam? Como é que nós vamos fazer para que as conferências possam chegar a cada cidadão, em cada Município, e ser um espaço efetivo não só de vocalização das demandas, mas de cobrança para que as resoluções ali tomadas sejam monitoradas, avaliadas e se tornem efetivas?

E, efetivamente, como nós vamos também trabalhar esses dois institutos que estão lá na Constituição de 1988 e que nós trabalhamos muito pouco na sociedade brasileira em todas as esferas, que a questão do tema dos plebiscitos e dos referendos? São mecanismos de consulta direta e têm um potencial extremamente importante.

O Uruguai, nosso país vizinho, já experimentou isso em vários temas, como, por exemplo, na discussão se a água deveria ser um bem público ou não. Isso foi objeto de plebiscito no Uruguai junto com o processo eleitoral.

Bom, já falei em aperfeiçoar as instituições existentes, criar novas instituições. E a terceira grande tarefa — com isso vou concluindo aqui — é o que a gente chama da necessidade de justamente construir o que a gente chama de uma política e de um sistema nacional de participação social.

O que seria política de participação social? Uma política de participação social seria a elaboração de um ato normativo que instituiria a participação social, estabeleceria diretrizes para a participação social, institucionalizaria esses mecanismos de participação social como diretrizes e orientações que deveriam valer para todas as áreas políticas do Governo.



A gente sabe que existem algumas áreas nas quais isso já está mais instituído, sobretudo nas políticas sociais. Mas, se a gente pegar, por exemplo, as áreas de infraestrutura e as áreas econômicas, isso ainda não está suficientemente presente.

E o que é o sistema de participação social? Qual é a diferença entre a política e o sistema? O sistema é um conjunto de iniciativas que a gente vem tomando no sentido de promover uma melhor articulação entre todos esses instrumentos. Não em uma perspectiva de criar nenhum sistema verticalizado, nem hierarquizado, mas em uma perspectiva de rede. Como é que a gente faz com que os conselhos e as conferências dialoguem mais, dialoguem mais que as ouvidorias, dialoguem mais com as redes sociais, dialoguem mais com as mesas de diálogo e negociação? Como a gente garante, por exemplo, que o processo de resoluções tomadas em tantas conferências nacionais realizadas possa ser efetivamente analisado e comparado com as decisões tomadas em conselhos, tomadas em mesas de diálogo e transformadas em políticas que sejam mais efetivas e que tenham mais qualidades?

Então, esse é o convite que a gente gostaria de fazer a vocês no sentido de que se somassem a esse nosso esforço. Só há sentido para nós avançar nessa discussão da política e do sistema de participação social com o protagonismo da sociedade civil. Isso não pode ser uma política governamental. Isso é uma política de relação Estado/sociedade. Portanto, o protagonismo de vocês é muito importante.

Assim como gostaríamos de estabelecer um diálogo também com o Poder Legislativo e com o Poder Judiciário sobre como esse tema e essas questões ligadas às pautas que surgem através dos espaços e de participação social podem ser discutidos em articulação com o Poder Legislativo e com o Poder Judiciário.

Eu espero que, assim, a gente de fato avance no sentido de tornar a nossa democracia cada vez mais substantiva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Obrigado, Dr. Pedro Pontual.



Eu queria registrar a presença da representante da embaixada francesa, Céline Giusti, que está aqui prestigiando o nosso debate.

Eu queria passar a palavra agora... Eu tinha combinado com ele de fazer, na condição de Relator, uma provocação que vai servir inclusive para os debatedores, mas eu vou deixar para fazer a provocação para todos, para que possamos apimentar um pouco o debate.

Agora vou passar a palavra ao Sr; Luciano Martins, que é jornalista e representante do *Observatório da Imprensa*. Obrigado.

O SR. LUCIANO MARTINS COSTA - Boa tarde. Estão me ouvindo? Eu quero agradecer, na pessoa da Terezinha, o convite, não por causa apenas da simpatia dela, mas pela eficiência em me fazer sair de casa e de São Paulo. Eu sou um ser pouco sociável. Eu já peço desculpas se eu disser alguma impropriedade, porque eu sofro de uma condição de pouca sociabilidade. Eu não trabalho muito com sutilezas na minha conversação.

Na última vez em que eu estive aqui, não nesta Comissão, mas em outra, falando sobre a diferença entre utopia e ilusão, num debate, um nobre Deputado levantou-se e disse: "*Luciano, você ainda é um daqueles sonhadores. Nós aqui trabalhamos com os pés no chão*". E eu perguntei: "*Todos os quatro?*" (Risos.) Então, eu tenho essa dificuldade de lidar com certas sutilezas.

Eu vou começar então. Eu agradeço por você não ter feito a provocação, porque sem provocação eu já sou um cara muito chato.

No programa *Observatório da Imprensa* desta manhã, eu disse que é possível, há um risco de que, se não forem atendidas basicamente as reivindicações que estão nas ruas, é possível que não tenhamos eleições em 2014. De lá até às 14h, eu recebi várias mensagens e comentários de ouvintes e leitores. Eu vou refazer minha afirmação: "*É provável que não tenhamos eleições em 2014 em São Paulo, Porto Alegre, Salvador e em algumas cidades do interior, talvez umas centenas de cidades*." O movimento que saiu às ruas está muito mais articulado, muito mais objetivo e muito mais radicalmente disposto a defender a sua agenda.

Eu, além de produzir o programa *Observatório da Imprensa* no rádio há muitos anos e de estar no Conselho do Observatório ainda há mais anos, eu também sou um dinossauro da Internet, eu sou um usuário de tecnologia, sou um



pesquisador em comunicação, sou coordenador do curso de Gestão de Mídias Digitais no Programa de Educação Continuada da FGV, estou ligado a três grupos, escrevo na *Revista UNESP Ciência* sobre questões sociais e comunicação.

Desses pontos de vista de observação, eu estou me arriscando a fazer esse prognóstico. É muito provável — eu vou repetir — que não haja eleições em muitas cidades brasileiras em 2014, porque não há força política, não há força policial, não há força econômica capaz de fazer acontecer a rotina com a segurança necessária para uma eleição. Existe um risco institucional enorme no ar no Brasil hoje. E, por uma dessas estranhas convergências que o universo coloca, é muito possível que, daqui a alguns meses, conforme o cenário das pesquisas eleitorais, a própria imprensa tradicional contribua para que não haja eleições.

Eu vou me reportar a um livro que eu li aqui as conclusões. Chama-se *“Liberalismo autoritário”*. É um trabalho do Francisco Fonseca. Eu leio muito rápido. Eu li 12 páginas das conclusões enquanto esperava o início. Coincide com algumas coisas que eu tenho escrito na revista da UNESP, no *Observatório da Imprensa* e em outros textos — textos acadêmicos — que eu tenho produzido.

Nós estamos vivendo aqui o colapso do processo de reconstrução da democracia no Brasil. É o colapso. O pacto social que levou à Constituinte Cidadã de 1988 foi construído numa sociedade na qual 51% dos brasileiros estavam excluídos, 51% dos brasileiros viviam da mão para a boca.

Façamos um corte. Além disso, eu sou jornalista há 40 anos, trabalhei nos principais órgãos de imprensa do Brasil, fui repórter de política, fui colunista de política, fui editor de política. Comecei como repórter policial e trabalhei com a questão do crime organizado durante muito tempo. Eu só não fiz futebol, porque, sendo extremamente corintiano, eu achei que não iria fazer um bom jornalismo esportivo, porque sou doentamente corintiano. Então, trabalhei em todas as áreas, como educação e jornalismo científico.

Tive a sorte de estar nos eventos mais importantes que aconteceram no Brasil a partir de 1977. Cobri a Constituinte de 1988 desde as primeiras comissões, desde o processo de organização das comissões eclesiais de base na Zona Leste de São Paulo. Acompanhei aquelas comissões até a consolidação dos



primeiros grupos, até chegar a Brasília, e testemunhei a exclusão dessas comissões no processo final de composição dos grupos de trabalho.

A Constituinte de 1988 resultou de uma ação entre amigos entre uma proporção muito pequena da sociedade brasileira, os sindicatos organizados, a OAB, os corretores de imóveis, os donos de cartório e o Poder Judiciário, como uma família que é — eu digo família no sentido do nepotismo especificamente, uma família, uma grande família.

Eu sou sócio de um clube de elite em São Paulo. Tenho muitos amigos que são desembargadores, muitos amigos que são juízes, filhos e sobrinhos de desembargadores etc. Então, na diretoria dos clubes de elite de São Paulo, os sobrenomes se repetem, e uma grande proporção deles pertence ao Judiciário, uma grande família!

A Constituinte de 1988 não dialoga mais com a sociedade brasileira por algumas razões. A principal delas é que nesse processo houve um fenômeno inédito na história do Brasil chamado mobilidade social, pelo qual 40, 50, ninguém sabe quantos milhões de pessoas deixaram de estar na condição de mão para a boca e passaram a participar da sociedade de alguma maneira.

A imprensa não registrou esse fenômeno. Pelo contrário, a imprensa, desde o princípio, dizia que todas as ações sociais de produção de renda eram bolsa esmola, eram isso, eram aquilo. Isso é histórico dentro da participação da imprensa nesse processo. Houve, no instituto pertencente a um grande banco em São Paulo, na Avenida Paulista, nos últimos 8 ou 9 anos, pelo menos sete seminários internacionais de avaliação econômica de políticas sociais de distribuição de renda, envolvendo o Brasil, Paquistão, Índia, México, Colômbia e outros países. Eu estive em cinco desses seminários, ou como observador, ou como palestrante, ou como provocador, ou como provocado, ou como plateia.

Em uma dessas ocasiões, encontrei um editor de economia de um grande jornal que é meu amigo. Ele se sentou do meu lado e falou: *“Olha, me diz o que está acontecendo, porque eu estou como o cachorro que caiu do caminhão de mudança no meio da estrada: não sei o que é isso”*. Eu falei: *“Isto é aquilo que vocês não publicam, isto é aquilo que vocês não sabem que acontece. Trata-se de resultados econômicos de políticas sociais de distribuição de renda.”* Ou seja, todos os avanços



sociais que foram produzidos no Brasil, nos últimos anos, ou foram ignorados ou foram combatidos pela imprensa tradicional.

Existe aqui uma convergência interessante com o trabalho do Prof. Francisco. O livro dele, *Liberalismo Autoritário*, fala exatamente do papel cumprido pelo jornal *O Estado de S.Paulo* e a antiga revista *Visão*, trabalhando sistematicamente para impedir que a Constituinte de 1988 representasse a voz das ruas. Esse trabalho é magnífico. Eu li só a conclusão. Espero que ele me mande o livro que me prometeu para eu terminar de ler.

É exatamente essa visão que eu desenvolvi ao longo da minha carreira, principalmente cobrindo a Constituinte, depois como editor executivo. Depois eu deixei o jornal em que eu trabalhava e virei diretor de três empresas. Trabalhei no setor industrial, no setor de serviços e no setor de educação, de educação de executivos.

Esse meu olhar, que eu considero um privilégio, um olhar bastante abrangente, faz-me enxergar o momento atual do Brasil como um momento de ruptura. Nós sabemos que o processo da modernidade se dá pelo desmanche das instituições.

O Francisco falou que não há muita teoria a respeito. De fato, os analistas credenciados pela imprensa ficaram batendo cabeça durante toda essas semanas em que as pessoas saíram às ruas exigindo, formalmente, que as passagens do transporte público não fossem aumentadas.

Eu fui aluno de Vilém Flusser, que é o grande filósofo brasileiro sem pátria, e eu acho que o Vilém Flusser adivinhou, sim, que isso iria acontecer. Disse claramente que isso iria acontecer. E, depois dele, Zygmunt Bauman, quando fala sobre a modernidade líquida, falou exatamente como é esse processo.

E hoje, os professores que eu recebo lá na FGV para falar sobre gestão de mídias digitais, quando eles falam dos nativos digitais, que são os jovens brasileiros, os jovens de todo o mundo, nativos digitais, eles estão explicando, sim, o que acontece.

Eu, em 2005, publiquei um ensaio chamado "*O Mal Estar na Globalização*". Escrevi esse ensaio analisando 945 perfis de empresários brasileiros ou de empresários que atuavam no Brasil a partir de 1999 até 2001, sendo todos esses



empresários envolvidos em processos de mudança, ou sucessão, ou aquisição, ou fusão de empresas. Em um dos capítulos eu trabalhei com uma pesquisa do Instituto Rocky Mountain, que desenvolvia aquelas ideias sobre o capitalismo natural.

Nesse livro, depois de estudar esses 945 perfis, eu fiz 40 entrevistas diretas com filósofos, com físicos, com executivos, com antropólogos, com um filósofo muçulmano, para entender como é o processo de passagem da modernidade pelo mundo árabe, e nesse livro eu dizia que haveria, em muito poucos anos, uma crise no capitalismo financeiro, uma crise no capital. Está escrito no livro. Eu não estou dizendo que eu sou profeta. Basta se observarem os fatos com um olhar crítico e sabe-se o que vai acontecer daqui a 3 a 5 anos. Por isso, estou afirmando: em 2014, pode não haver eleições em muitos lugares do Brasil.

Eu também falei da possibilidade de revoltas na França por causa da marginalização dos jovens na periferia e de uma crise financeira. Por acaso, um desses acasos, eu estava em Wall Street, em frente à Bolsa, ao meio-dia do dia 15 de setembro de 2008, quando a Bolsa caiu. Eu testemunhei o infarto no coração do capitalismo, e nenhum jornal brasileiro ou nenhum dos grandes jornais internacionais descreveu o que realmente aconteceu.

A cobertura foi no topo da pirâmide capitalista no setor financeiro. Eu ouvi ali, na carrocinha de cachorro-quente, aquelas pessoas descendo e comentando. Eu ouvi conversas, as pessoas dizendo: *“Bom, e quem fornece o software de segurança? Esse morreu. E quem fornece o papel higiênico? Esse morreu. E quem limpa a cozinha? Morreu.”* Então, a notícia da crise do capitalismo só foi na faixa do investimento, na faixa da questão financeira, não entrou na vida real das empresas que desmoronaram naquele momento. Por quê? Porque a imprensa tradicional, a imprensa como instituição não se interessa em discutir as idiossincrasias, as contradições do capitalismo. A imprensa não lida com a verdade objetiva. Ela busca a sua justificativa social no pressuposto de que ela vai interpretar a verdade, a realidade objetiva. Mas ela não é capaz e não está interessada. Não está interessada porque é um sistema de poder paralelo aos poderes institucionais e muitas vezes atua à revelia dos interesses da sociedade.

Dizem que — eu não lembro quem foi que disse — que o nacionalismo é o último refúgio do canalha. A liberdade de imprensa é o último refúgio da imprensa



canalha. Liberdade de imprensa não quer dizer liberdade de expressão, não necessariamente. A liberdade de imprensa deve existir, porque a imprensa tradicional fala para especificamente para as instituições, não para a sociedade. A imprensa tradicional fala para a Bolsa de Valores, para a FIESP, para a CNI, para o Congresso Nacional, para o Judiciário. A imprensa não fala para a sociedade.

Apenas um dirigente de jornal teve coragem de dizer que os jornais só vão sobreviver e só fazem sentido se eles se dirigirem à elite. O Dr. Ruy Mesquita, recentemente falecido, declarou isso publicamente em 2006. Eu tenho isso gravado, porque eu estava nesse evento. Isso não só está gravado, mas o *Estadão* publicou que os jornais só fazem sentido se eles se dirigirem especificamente à elite intelectual, à elite política e à elite dos negócios. Não estou inventando. Foi um ato de sinceridade absoluto. Talvez um raríssimo ato de sinceridade da imprensa.

No momento, a sociedade se transforma radicalmente, não só pelo advento de mídias que permitem a conexão entre as pessoas horizontalmente, etc. Tudo isso que vocês conhecem, o que a gente discute muito nos fóruns de tecnologia e gestão das mídias digitais, mas também porque há um novo modo de pensar nessa geração chamada nativa digital ou na geração dos que foram digitalizados, como eu, que sou um dinossauro da Internet. Eu sou um nativo analógico, mas fui digitalizado. Eu, na verdade, sou uma versão digital do Luciano, que ficou lá em casa, um *retrofit*, eu gosto de ficar em casa, não gosto de estar aqui. Desculpa, mas eu tenho dificuldade com em lidar com essas coisas de gente e tal.

Voltando à questão, há um processo de desmanche de muitas das instituições tradicionais, e o mais evidente é o processo de desmanche da mídia tradicional. Ela não faz mais sentido como fazia nos anos 50, nos anos 60, talvez até nos anos 80.

Quanto tempo eu tenho? Dois minutos? (*Pausa.*) Três minutos.

Houve uma transformação na mídia tradicional a partir do final dos anos 80 e, depois, o grande impacto da Internet, a partir dos anos 90.

Eu criei o programa multimídia do *Estadão*, desde antes da existência da Internet, era um negócio chamado BBS. Eu acompanhei a evolução dessa tecnologia, os erros e os acertos das empresas de comunicação. Sempre achei que a imprensa tradicional não saberia conviver com um meio que horizontaliza as



relações, mas o mais importante não é tecnologia, não é gestão. O mais importante é que as mídias digitais, principalmente com o uso das redes sociais digitais, alteram o modo de produção de vínculos sociais, alteram completamente, transformam. Aí, sim, Francisco, ninguém sabe como isso acontece. Ninguém sabe.

Nós discutimos muito a possibilidade de unificação das teorias da comunicação no ambiente acadêmico. Todo mundo é muito... O povo parece que bebe. A gente fala sobre a coisa e tal, e ninguém sabe exatamente como funciona isso. Mas o fato é que o modo de vinculação social está mudando.

Quando eu tinha 20 e poucos anos, por circunstâncias da vida, fui passar um tempo fora do Brasil. Estive na França, na Espanha, em Portugal, etc. Lá fiquei amigo de pessoas que também, por circunstâncias da vida, eram “montoneros”, enfim, de esquerda aqui da América Latina, e que não podiam viver em suas terras e estavam lá. Eu conheci várias pessoas. Pelo Facebook, reencontrei uma dessas amigas, que é uma arquiteta. Hoje, ela é uma das líderes do Movimento Os Indignados de Madri, uma das organizadoras. Eu sei exatamente o que vai acontecer em Madri amanhã, depois de amanhã, etc. Nós trocamos figurinha. Eu a coloquei em contato com o pessoal desse movimento das ruas. Ela ensinou as pessoas a sentar no chão para que aqueles que estejam a fim de quebrar coisas sejam visualizados. Aqueles dois círculos de dar dois passos para trás, ela que passou isso pelas redes sociais. Se vocês têm um grupo de extrema direita que entra na manifestação e vocês sabem que eles têm um propósito diferente, façam duas colunas. As duas colunas dão um passo para trás, sentam no chão e deixam os caras visíveis. Essa possibilidade do reconhecimento de pessoas é uma possibilidade que em nenhum momento a mídia tradicional poderá reconhecer, poderá contemplar e poderá satisfazer.

Só para fechar. Com relação a esse processo, eu levei na semana passada para dar aula para os meus alunos um rapaz de um grupo chamado *Mídia Ninja*. Produzem um negócio chamado *Pós TV*. Quando eu soube, através de uma pessoa que trabalha na minha casa, que haveria uma manifestação na estrada do M’Boi Mirim, em São Paulo, eu falei: “*Vou ver na Globo News, na BAND News, no não sei que news.*” Não há nada. Aí uma amiga falou assim: “*Vê no Pós TV*”. Eu fui ao computador e assisti a toda manifestação no *Pós TV*. São centenas e centenas de



fotógrafos e cinegrafistas, alguns jovens que mal sabem operar a câmera, outros são jornalistas profissionais, com 30 anos de carreira, na rua, documentando as manifestações de dentro.

Graças a esse trabalho, foi desmascarado o processo de edição e manipulação da manifestação que houve no Maracanã, no domingo. A *Rede Globo* cortou... Quando a polícia entrou, a *Rede Globo* editou e colocou antes imagens, de fato, que tinham acontecido depois. A *Mídia Ninja* mostrou a sequência toda dos fatos, como a polícia encurralou as pessoas, como a manifestação era pacífica e como as pessoas, na ânsia de fugir da cortina de fumaça, começaram a correr, e virou aquela confusão. Prestem atenção nisso.

Está acontecendo o nascimento de um novo tipo de “mídiação” das demandas sociais, e eu não sei aonde vai, não sei se vai virar uma coisa grande. Falta muito pouco. Eles são autofinanciados. Em São Paulo, por exemplo, moram 30 em uma casa, compartilham tudo; há um carro para eles usarem. E acontecem coisas fantásticas, como, por exemplo, um dos cinegrafistas que estava cobrindo a manifestação em São Paulo perdeu ou roubaram seu iPhone, com o qual ele estava filmando. Ele colocou: “*Olha, não vou poder subir as imagens agora.*” E foi para a rede. Quando um dos integrantes do *Mídia Ninja* estava no Rio para fazer o trabalho no domingo, um sujeito — ninguém sabe quem é — falou: “*Olha, isso aqui é um iPhone para vocês. Eu soube que o fulano perdeu ou teve o iPhone roubado. Eu tenho sobrando. Está aqui.*” E deu um iPhone para eles.

Então, a sociedade está entendendo que existe uma maneira nova, diferente de “mídiação”, de divulgação, de compartilhamento. Isso pode ter um potencial enorme de crescimento, mas, evidentemente, esse grupo, essas pessoas não são uma ONG, não são nada que vocês conheçam do ponto de vista da organização institucional. São um fenômeno, estão espalhadas pelo Brasil inteiro. Não sei quantos são. Podem ser milhares, podem ser centenas. Estão produzindo uma maneira de expressar, documentar e historicizar este momento.

Até nisto estamos vivo uma ruptura.

Tempo esgotado. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Obrigado, Luciano Martins.



Como é um seminário, eu queria consultar os dois Deputados se eu poderia passar primeiro a palavra — há dois Deputados aqui — para um dos representantes dos movimentos aqui presentes. Ele fala; fala um Deputado; depois outro; depois outro Deputado. Pode ser assim? Para que a gente possa fazer o debate.

Vão dividir o tempo, os três, ou um de vocês vai falar? (*Pausa.*)

Tudo bem. São 15 minutos. Vocês dividem o tempo, o.k.?

Nós temos aqui representando o Movimento Passe Livre Rodrigo Félix, Eduardo Dantas e Gabriel Soares.

Eu queria agradecer a todos a presença. Agradeço à Sra. Cristiane Bernardes, professora do CEFOR, aos membros da Mesa, inclusive o Daniel Cara, que teve de sair.

Vamos ouvir agora o nossos debatedores. Vou deixar para falar depois da fala deles. Passarei a palavra para o Deputado, depois para a Cristine Bernardes e depois para mais um Deputado, o.k.?

O SR. GABRIEL SOARES - Olá, eu e o Eduardo vamos dividir a nossa fala. Vou falar um pouco mais sobre aspectos gerais. Vou tentar lidar com o que foi apresentado por cada elemento da Mesa. O Eduardo vai falar mais especificamente sobre a questão do transporte, que é a pauta principal do Movimento Passe Livre.

Primeiro agradeço o convite. O Movimento Passe Livre tem a tradição de tentar não ser obstructionista, de sempre participar de todos os passos. É claro que a gente sempre tenta fazer o máximo para o público. Ontem fizemos uma aula pública, em frente ao CONIC, na rodoviária, para falar exatamente das mesmas coisas que estamos falando aqui hoje com vocês.

Eu queria também me desculpar pelo ligeiro atraso. Perdemos o início, mas a gente veio de uma reunião do GDF para cá. Quando tentamos voltar para cá, depois de termos ido para a lanchonete, os seguranças nos forçaram a entrar por outro portão. Isso nos fez atrasar uns 10 minutos.

Farei uma rápida introdução. O Movimento Passe Livre é um movimento organizado em diferentes cidades do Brasil e tem como pauta principal a tarifa zero, ou seja, transporte público urbano de graça, que ninguém tenha que pagar nada por ele, completamente subsidiado, além de ônibus durante 24 horas, ou seja, que haja



transporte e que não seja usado como meio de segregação. O Eduardo vai falar mais especificamente sobre essas partes do movimento.

Agora, começarei falando sobre as manifestações, que têm sido a bola da vez, por assim dizer. Fica bem claro que há uma crise de legitimidade político-partidária no Brasil. É interessante porque é uma crise de legitimidade política e partidária. Ou seja, você vê pessoas portando cartazes contra todos os partidos, e existem em torno de 90 partidos. Há muito espaço no cartaz. A afirmação é a de que nenhum desses partidos os representa. Ou seja, eles estão com a bandeira do Brasil, porque é a única coisa com a qual eles sentem algum vínculo; a única coisa que os representa é o País.

De outro lado, há uma crise institucional no Governo, na relação que ele tem com a sociedade. Para entender isso — era alguma coisa que nós estávamos comentando —, há alguns dias vi uma manchete de um jornal afirmando que o Congresso estava contratando uma firma de *marketing* para lidar com a sua imagem. É exatamente esse o contraste... O jeito que o Congresso tem para lidar com a sua imagem é contratando uma firma de *marketing*? Enquanto isso, há crianças negras nascendo e morrendo em casas de madeirite em todo o Brasil, de norte a sul, de leste a oeste. Se você quiser começar a entender a crise de legitimidade do Governo, você tem de começar a entender a indignação das pessoas, ou seja, a relação que o Governo tem com sua população.

Foi dito que o modo de vinculação social está mudando, que a Internet, digital, etc. Obviamente, existem novas tecnologias, mas é importante notar que havia uma organização política antes, há uma organização política atualmente e haverá uma organização política depois, seja lá o que for. E que a organização política, porém, não está... Muitas pessoas dizem que o Brasil está mudando, que há maior poder aquisitivo aqui, que houve mudanças, coisa digital, etc. Mas muitas relações sociais no Brasil não estão mudando. É o que causa muita indignação é que a Polícia Militar está cometendo um genocídio contra a juventude negra.

Quanto mais as coisas mudam em algum sentido, não mudam em nada em outro sentido. Há uma indignação muito grande justamente em razão da permanência de estruturas sociais de opressão.



Falando brevemente sobre a questão global, eu acho importante notar que isso é um erro. Obviamente, há um processo global que está acontecendo, mas nunca podemos esquecer que o Brasil não é um país de Primeiro Mundo. Há a “Primavera África”, há coisas acontecendo na África do Sul, etc. Nos Estados Unidos e na Europa você está vendo a destruição da classe média, certo? A classe média americana está perdendo o seu emprego, que está indo para a Índia e para a China, etc. Ou seja, é o McDonald’s, está certo? No McDonald’s há dois empregos: o do cara que é o dono do McDonald’s, que vai ganhar muito dinheiro, e o do cara que vai fritar o hambúrguer e que não vai ganhar dinheiro algum. É nisso em que os Estados Unidos estão se tornando, ou seja, os Estados Unidos estão se abasileirando.

Por outro lado, o Brasil está ou estava passando por um processo de promoção de maior poder aquisitivo para a população tradicionalmente pobre, tradicionalmente negra, tradicionalmente oprimida pelo Estado.

Em relação ao capitalismo, o Movimento Passe Livre não tem nenhum grande amor ao capitalismo. Se o capitalismo está acabando ou vai continuar, eu não me sinto qualificado para responder. Eu não sei se alguém é qualificado para responder.

Falando sobre cultura política do Brasil. O Brasil tem uma cultura política profundamente elitista. Eu diria que a classe política do Brasil é profundamente elitista. O Brasil, não necessariamente, tem uma cultura política profundamente elitista.

Eu falo isso porque, para a maioria da população brasileira, o Congresso Nacional e o Poder Judiciário são iguais a Marte, à Lua. Isso daqui é outro mundo. É um mundo de completa e total exclusão.

O contato que a maioria da população geralmente tem com o Governo é por meio do Judiciário, e não é um contato positivo. Entende? Então, os maneirismos, o jeito como as pessoas falam, o jeito como as pessoas se vestem e tal, isso é elitizado. Essa é a cultura política da elite, que é a cultura política do Governo.

Por outro lado, a gente tem que lembrar que o Brasil é um dos países que, com raras exceções, tem a maior tradição de protestos e mobilizações políticas. Por exemplo, o Brasil é um dos poucos países do mundo onde o Estado não tem soberania sobre a totalidade do seu território. Aqui há tribos indígenas que são isoladas, que recusam a se submeter ao Estado brasileiro.



Na periferia, há comunidades na periferia que rejeitam... Obviamente, é algo muito mais complexo do que isso, mas houve e sempre haverá, seja por comunidades quilombolas, palmares, que persistiram por mais de 100 anos, resistência à legitimidade do Governo.

O Governo sempre reagiu a esse tipo de resistência e a essa percepção da falta de legitimidade do Governo brasileiro, seja Império, seja República, seja agora, com violência.

Então, nesse sentido, você acaba tendo duas interpretações políticas. Há a interpretação da elite da mídia, certo? A mídia no Brasil tem uma agenda política. A grande mídia tem uma agenda política. Por exemplo, a proposta de plebiscito da Dilma Rousseff. Todas as manchetes dos jornais foram negativas em relação à proposta de plebiscito. Eu não me coloco como favorável ou desfavorável a isso, mas as manchetes do *Correio Braziliense*, da *Folha de S. Paulo*, do *Estadão* não foram: Dilma propõe plebiscito. E, sim: Juristas falam que proposta de plebiscito é complicada. Ou seja, o primeiro contato de qualquer pessoa que pega o jornal já é negativo em relação à proposta, porque a grande mídia, no Brasil, tem uma agenda e um caráter políticos.

Por outro lado, você tem a população, você tem a periferia, você tem todos esses outros aspectos, você tem todas as outras visões de políticas que são distintas, que se organizam de forma distinta da política institucional, da política governamental, da política de elite, caracteristicamente.

Houve também teve duas diferentes formas de participação política nesses movimentos. Houve muita atividade política no centro, que foi noticiado, mas também houve muita atividade política na periferia, seja no Morro da Maré, onde aconteceu uma chacina em que oito pessoas foram mortas pela polícia do Rio de Janeiro por terem protestado, seja em diversos outros locais, como no Entorno do DF, onde a Força Nacional passa 24 horas por dia tentando fazer com que a galera não feche a rua.

Então, há dois tipos diferentes de participação política e há dois tipos diferentes de repressão política. Isso é engraçado porque, antes de acontecer tudo isso, quando a gente fazia atividade política, a gente era taxado de maconheiro ou



de sem-vergonha ou de come e dorme, etc. Agora, nós somos vândalos e criminosos. A mídia está falando que somos criminosos ou somos heróis.

Em 2014, a gente vai ser terrorista, porque existe a PEC do Terrorismo, que está sendo aprovada. Então, em 2014, o MPL vai ser a Al-Qaeda no Brasil. O que vai ser divertido, não é? (*Risos.*)

Voltando então ao MPL, que é a bola da vez agora. O MPL é um movimento apartidário, ou seja, não somos vinculados a partido algum. Nós somos horizontais, ou seja, todo mundo tem a mesma voz no MPL. Nós não temos líderes, nós não temos dirigentes, nós não temos carro de som. Qualquer um que chega ao MPL tem a mesma voz e a mesma legitimidade para falar. Isso é uma coisa que atrai muito as pessoas. É a ideia de que elas podem participar do MPL e vão ser escutadas. Então, elas vão ter uma influência no que vai acontecer.

Participação política não é simplesmente colocar todo mundo num fórum e dizer: *“Então, galera, o que vocês querem?”* E pegar uma coisa e achar que está feito. As pessoas querem ter uma influência na construção da narrativa, na construção do que será a política, de propor o que vai ser a política, e não só de ser consultado do que vai ser a política.

Tirando isso, ele também é independente, ou seja, não tem vínculo algum com organizações, ele não se submete a nenhuma organização, seja sindicalista, etc. Ele é autônomo. Há toda uma carga muito importante em relação à autonomia, que é um processo histórico, que é desenvolvido. O movimento também é federalista.

O que o Movimento Passe Livre faz em São Paulo a gente obviamente apoia, a gente faz atos, mas um MPL não manda em outro MPL. A gente sempre busca criar consciência, mas há independência básica entre o MPL de uma região e o de outra.

Voltando à questão de participação política, o que atrai as pessoas a esses movimentos autônomos? Eu não sei. Eu, pessoalmente, diria que, talvez, a gente não tem o peixe para vender; a gente tem a causa, as pessoas gostam da causa, mas a gente não está tentando ganhar politicamente com isso. Nenhuma pessoa do MPL vai se candidatar. A gente não faz parte de uma máquina. Então, há certa atração por esse aspecto.



Falando sobre se vai haver eleição no ano que vem, que é uma coisa que a gente nem tinha pensado, eu acho que a gente vai ter grandes mobilizações. Continuará havendo mobilizações. Muitos grupos políticos que se mobilizavam antes vão continuar se mobilizando agora, vão continuar fazendo trabalho de base, essas coisas não vieram do nada. Mas agora a gente está fazendo uma pausa.

O Governo falou: *“A gente escutou o recado, a gente escutou o que vocês têm a dizer”*. Beleza. Então, façam alguma coisa. O que vai ditar quão grandes vão ser as mobilizações, quão grandes vão ser as manifestações vai ser o que o Governo fizer, em certo sentido.

Obviamente, o trabalho de base vai continuar. Mas, se o Governo não fizer nada, aí sim, vocês colocarão em risco — Copa do Mundo é pouco nesse sentido — tudo.

O SR. EDUARDO DANTAS - Bom, então, entrando mais nas pautas e nas bandeiras do MPL, em si, o MPL, que é o Movimento Passe Livre, tem o transporte como a sua principal bandeira.

Por que o transporte é a principal bandeira? Para alguns pode parecer algo pouco importante ou que deve vir depois de saúde, educação, segurança, lazer, enfim, uma lista enorme. O transporte normalmente é o último item a ser reivindicado na pauta política do momento.

Porém, não. O transporte é uma pauta transversal a todas as outras. O transporte pode ocorrer de duas maneiras. Do jeito que está é uma ferramenta para manter a segregação espacial existente.

Então, a sociedade se organiza de maneira tal que reflete espacialmente o centro e periferia. O transporte hoje serve como ferramenta para manter essa organização espacial, segregada, separada, que mantém um centro, que seria espacialmente o local onde a gente está hoje, o centro de Brasília, a Rodoviária e a Esplanada dos Ministérios, e as outras periferias. Aqui em Brasília ainda há a peculiaridade de as periferias serem distantes, as cidades — e são cidades mesmo, as cidades satélites — todas distantes aqui do centro.

A partir do momento em que essas cidades são distantes, o transporte torna-se tema extremamente essencial a ser discutido, porque o transporte atua como uma barreira para que pessoas tenham acesso aos seus direitos. E aí não é só o



acesso à educação, à saúde, ao lazer, à segurança, mas também acesso aos direitos políticos dessas pessoas, ao direito de manifestação, ao direito de organização dessas pessoas. Por isso, o transporte é a principal bandeira do MPL.

A gente se organiza através do transporte, porque a gente vê realmente que é uma questão essencial nesse contexto que a gente tem, a partir da década de 70, em que aumentou muito o número de pessoas na cidade.

Eu ia falar de mais algumas coisas, mas, como eu já passei um pouco do tempo, vou deixar aqui uma das bandeiras que às vezes é esquecida, mas que é muito importante para o MPL: a gestão popular do transporte, que entra na questão da participação política. Para a gente, tarifa zero, e o transporte continuar a ser gerido por empresários, ainda não é o ideal, não é o que a gente está procurando.

Falar do Bolsa Família, de programas de transferência de renda, se a gente for entrar na academia, a gente vai ter vários conjuntos de estudos bem fundamentados que defendem um lado e outros conjuntos de estudos, também bem fundamentados, que vão defender o outro lado. Então, existem estudos fundamentados para os dois lados. Então, não é a técnica, não é academia que definem as coisas. Quem tem que definir as coisas é a política.

Então, nesse sentido, quem mais entende de transporte é quem o utiliza. São os trabalhadores, os estudantes, e não os técnicos que estudaram na Asa Norte, que estudaram na UnB e depois foram para o Buriti, mas nunca foram a Águas Lindas de Goiás. Essas pessoas não sabem, não entendem profundamente o transporte em todos os lugares. Então, as pessoas, os trabalhadores e os estudantes, em todos lugares, deveriam decidir sobre a gestão dos transportes, porque são os usuários que mais entendem de transporte.

E não deixa de ser um meio de participação política das pessoas. As pessoas têm que ser ouvidas e, mais do que ouvidas, têm que ter um poder de decisão sobre aquilo de que estão falando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Antes de passar a palavra ao Deputado Nazareno, eu queria fazer um comentário, como Relator da Comissão.



Acho que, de alguma maneira, o Luciano Martins falou sobre uma questão que eu acho muito importante. Todos nós ficamos, de certa maneira, sem compreender o que estava acontecendo, ainda que a gente pudesse ter alguma pista, iniciar uma reflexão. Mas, no começo, todos nós ficamos tentando encontrar uma explicação, tentando compreender.

Nós aqui estamos falando de temas. Cada um está apresentando a sua visão sobre um grande evento da política brasileira, da vida social do Brasil, que é importante e que permite construir uma explicação mais complexa e mais multifacetada do que está acontecendo.

Eu particularmente acho que, primeiro, não há só uma crise do que existe. Na verdade, há uma mudança da sociedade, que decorre principalmente da revolução tecnológica que estamos experimentando. Essa revolução tecnológica, que esteve na base da globalização, está hoje na base de uma mudança de comportamento da sociedade.

Vamos analisar aqui, por exemplo, o que o Pedro Pontual disse. Ele citou qual é a estrutura, como é que o Governo, como é que o País, a partir da Constituição de 1988, se estruturou para garantir a participação social. É muito mediada. A participação social que nós temos no Brasil para consolidar a participação da sociedade não garante a participação direta. Ela também é mediada, ela também é representativa. Mesmo quando um indivíduo não está com delegação para um mandato eletivo, ele precisa ter um mandato de um grupo social organizado para representá-lo e para ter voz. Vejam o que vocês estão dizendo. Vocês estão dizendo que é horizontal, portanto, vocês estão falando de uma representação direta, o que a revolução tecnológica possibilita. Ela possibilita uma manifestação direta, sem mediação.

Isso não é um fenômeno do ponto de vista da participação da sociedade; é um fenômeno também do ponto de vista econômico. Vamos analisar: como é que hoje as grandes bandas, as pequenas, os que não têm nenhuma importância do ponto de vista midiático divulgam o seu trabalho? Diretamente. Diretamente e fazem sucesso. Se vocês analisarem grandes grupos, que hoje são considerados grandes do ponto de vista de repercussão social, verão que não existe ninguém mediando. É



relação direta, porque nós temos uma revolução tecnológica que permite a participação direta.

E há um outro fenômeno que nós precisamos compreender. Eu vou dar um exemplo. O Direito: quanto mais especializado fica o Direito, mais marginal ele fica e mais legítimos ficam os advogados. E mais caro eles cobram para intermediar a relação do cidadão com a Justiça e com os meios para se fazer justiça. Os médicos: quanto mais especializada fica a Medicina, mais marginal fica a Medicina e mais caro fica o operador da Medicina, que é o médico.

O nosso Estado é um Estado que, depois de 1988, se tornou complexo, ficou sofisticado. E a gente vai criando mecanismos anticorrupção que distanciam cada vez mais da sociedade o resultado do trabalho do Estado. Esse Estado se especializa e tão especializado está que você, como representante legítimo da sociedade, tem dificuldade de dizer o que vai fazer, porque não depende de você; depende de um aparato enorme para que você possa formular uma ideia, colocá-la em prática: *"Vou fazer tal coisa. Mas, olhe, só daqui 1 ano, viu?, porque eu tenho 1 ano para poder desenvolver isso, desenvolver aquilo."* São tantos passos! Essa é a realidade. Esse Estado, ele não dá conta de compreender nem de se relacionar com a nova sociedade da era digital que nós estamos vivendo.

A democracia representativa não sobreviverá — eu concordo com você. Esse modelo de institucionalidade democrática que nós experimentamos através de organizações, de grupos que se organizam... Tanto faz. Tanto faz você, como um sindicato, como ele, do ponto de vista de repercussão nessa rede neural que se constituiu — são todos autômatos, como dizem o Guattari e Deleuze. São todos autômatos que disparam uma carga que se ramifica, e que se dissemina por toda a rede, e que movimenta, e que mobiliza.

Então eu acho que nós estamos diante de uma questão muito complexa. Por exemplo, o método clássico que nós construímos de participação da sociedade, esse não dá, porque ele é tão burocrático, tão difícil, possui tantas barreiras. Eles participam diretamente. As pessoas querem governar junto, querem governar com. É outra lógica, completamente diferente.

Portanto nós estamos diante de uma demanda objetiva da sociedade. E eu não ouvi — não ouvi — em nenhuma manifestação, de forma mais estruturada, o



compromisso com uma nova institucionalidade democrática, para a gente acolher a participação e o desejo da sociedade de interferir, de participar da construção da história. Porque a revolução tecnológica a que estamos submetidos permite que você participe da história do seu cantor, da história dos seus amigos, dos seus grupos. Todo mundo está construindo junto. É aquilo que alguém falou aqui — não sei se foi o Luciano, não sei se foi o Francisco: nós estamos construindo uma outra ideia de relações sociais.

Há 1 ano e meio eu fui pré-candidato a Prefeito e nós desenvolvemos a tese do fazer junto, do fazer com. Criamos uma rede social chamada Governando.Com.Br. Para organizar o nosso programa de governo, em 3 dias, nós mobilizamos 3.500 pessoas. As pessoas foram espontaneamente, porque elas querem fazer junto, elas querem participar da história.

Então vejam, ou os governos, ou a democracia representativa faz uma associação e utiliza este momento para governar conjuntamente com a sociedade, inclusive para que a gente possa romper com o que disse aqui o Francisco, com o domínio do interesse econômico e da lógica capitalista, ou a gente traz a vontade da sociedade como um imperativo para que a gente possa tomar decisões legítimas, ou nós não vamos fazer grandes rupturas e não vamos dar conta do momento que a gente vai enfrentar.

Então, na minha visão, fazendo a leitura disso tudo, ou instituímos, ou nós construímos uma nova institucionalidade democrática, em que a participação ocorra em tempo real, como disse aqui o Pedro Pontual.... Ou seja, o cidadão, os Governos têm que estar sentados em uma plataforma tecnológica com a qual você pode participar da formulação da ideia, você pode participar da materialização dela, das disputas políticas...

Este Congresso, que parece permeável, não é tão permeável, porque, na hora de se discutirem as grandes questões, elas são encaminhadas pelos Líderes. Não é. É democrático, tem participação, mas nós precisamos construir conjuntamente. As teses aqui não são fruto de uma construção a partir da interação direta com a sociedade. É preciso que a gente faça. E também, na hora em que se define o serviço, define uma obra, um serviço, o uso disso também não é checado em tempo real, e a governança e a tomada de decisão não são norteadas pelo



interesse da grande maioria. E o debate não é feito com frequência sobre essas questões.

Portanto, eu acho que a gente tem uma oportunidade, porque houve um tempo em que parecia que a nossa juventude, que a nossa sociedade estava adormecida, não se mobilizava mais para nada. Então, isso acabou. Nós estamos vivendo um tempo de esperança e de possibilidade de construirmos uma nova institucionalidade democrática de fato, com a participação direta da sociedade, porque hoje a gente tem instrumentos para dar conta disso.

Eu vou passar a palavra agora ao Deputado Nazareno Fonteles e, depois, à Cristiane Bernardes.

O SR. PEDRO PONTUAL - Às 17 horas eu vou precisar me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Você quer dizer alguma coisa agora?

O SR. PEDRO PONTUAL - Não, só explicar que às 17 horas eu vou ter que....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Está bem.

O Pedro Pontual, Diretor de Participação Social, vai ter que se ausentar às 17 horas.

Com a palavra o Deputado Nazareno Fonteles.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES - Bom eu perdi um pedacinho da fala do Pedro Pontual, mas já assisti a outras explicações suas e até já li textos seus. Sei um pouco de sua visão, assim como também do Luciano, porque de vez em quando, leio alguns textos no Observatório, pelo Facebook ou via Twitter e tive o prazer de conhecê-lo pessoalmente aqui hoje. Via muita consistência nos seus textos e me identifiquei com muitas das críticas e análises, sobretudo, sobre a mídia e, em parte, sobre o Judiciário, que é algo a que eu tenho me dedicado e que tenho sido mal compreendido.

Até coloquei o meu livro sobre a PEC, porque um dos elementos da PEC 33 é exatamente introduzir o plebiscito, ou seja, o povo, para que a soberania popular de fato opere — e não seja somente no período eleitoral — a respeito daquilo que é mais importante do ponto de vista da organização institucional em um país, pelo menos em uma democracia constitucional, que é a sua Constituição.



Então, na hora de uma emenda, o Congresso fez algo, digamos, pelas paixões internas ou por interesses espúrios, e o outro Poder diz que fez uma "interpretação técnica", entre aspas — e botem aspas nisso —, o Supremo principalmente, que é um órgão extremamente político sem ser eleito, a quem cabe decidir? A meu ver, ao povo. Se o povo é competente para eleger os Poderes, indiretamente até o outro, porque o outro é nomeado pelos eleitos, como não pode tirar uma dúvida sobre qualquer coisa? Ou nós usamos linguagens para preservar grupos e interesses, portanto contrárias à visão de participação popular ou de democracia propriamente dita ou, então, não tem por que ter medo.

Nos debates que eu tenho feito com a PEC, é exatamente isso: os que estão do outro lado, na visão jurídica tradicional, colocam os riscos do que é o plebiscito. Ou seja, ninguém gosta do povo. Têm medo do povo e da multidão.

O velho Aristóteles, na *Política*, está lá, resgatado por Jeremy Waldron, que é um jurista norte-americano que disputa a visão mais democrática no Direito, fala sobre a sabedoria da multidão e diz exatamente que quanto mais gente debate e discute, mais sábia é a decisão. Ou seja, o povo é mais sábio do que o Congresso, mais sábio do que o Supremo, mais sábio do que todas as Assembleias Legislativas e todas as academias na hora de decidir sobre seu destino e sobre suas políticas. Ele só precisa ter a oportunidade do debate. Não pode apresentar um tema hoje, e amanhã ele dirá "sim" ou "não". Ele tem que ter tempo e ocupar todos os espaços de mídia — da Internet aos canais de TV igualmente —, para o debate das ideias poder acontecer e a decisão ser correta. É como ocorre conosco: se você fizer uma pergunta sobre algo do qual eu não estiver a par, o que vai acontecer? Ou eu vou me abster ou vou ser irresponsável se responder, porque eu não tive tempo de ouvir, debater e analisar.

A meu ver, essa é a novidade da Internet. Nesses poucos anos em que eu estou me alfabetizando no Facebook e no Twitter... Eu uso pessoalmente o meu, não é a Assessoria. Esta que é a verdade: sou eu quem boto, pessoalmente, os textos, os artigos seu ou de qualquer outro, os *sites* sobre orientação. No Twitter é do mesmo jeito, embora muita gente, às vezes, pense que não. Eu já tinha essa impressão de que mais cedo ou mais tarde...



Eu já tinha dito dentro do partido que a Internet precisa ser dominada. Todos os mandatos precisam estar inteirados. Nós temos que nos expor ao que existe lá, para poder até sentir muito mais gente que não vem, que não participa de reunião organizada, porque eles estão se comunicando. Como é que milhões estão se comunicando, fazendo parte de suas vidas nessa relação virtual e isso não vai ter impacto sobre nós? Nós vamos ficar indiferentes? Nós temos que nos meter nisso, meter a colher lá e receber de lá isso aí.

Então, várias manifestações menores já tinham acontecido. Em Teresina, no Piauí, onde eu moro, uma jovem, que até participou de uma campanha política — ela é jornalista, da área de mídia —, tem um filho diabético e iniciou uma campanha para ter um medicamento mais sofisticado. Agora eu vi que até houve um relatório sobre isso na Comissão de Seguridade Social, sobre o uso daquela canetinha mais sofisticada, que é cara.

Ela movimentou isso tudo, levou à Prefeitura, forçou a Câmara a votar isso lá. Já faz algum tempo, 1 ano e tanto ou 2 anos atrás. Mas o Prefeito teve que vetar e disse: *“Eu não tenho recurso. Essa decisão envolve novos recursos. Quanto vai custar isso aqui?”* Mas disso eu tirei uma grande lição. Isso foi, se eu não me engano, em 2010 ou 2011. Vi a força que tinha a mobilização.

Mais cedo ou mais tarde, essa multidão de gente que está usando a Internet, que foi incluída inclusive neste próprio Governo, mas foi incluída em parte, não foi incluída nas outras partes, ao usar o pouco de cidadania que tinha — na sua fala, você expressou também isso —, teve vários outros olhares e disse: *Eu quero transporte. O transporte está gastando 3 ou 4 horas da minha vida, quando eu poderia me dedicar à cultura, estudar mais, estar com os amigos, etc.* Da mesma forma com vários outros direitos, como a saúde, etc.

Eu acho que a explosão é salutar. Nós não vamos prever tudo, mas, veja, temos que prever com a História. Turbulência sempre aconteceu. Temos que ter o cuidado — um artigo do Leonardo Boff chamava muito bem a atenção para isso — de não ter o retrocesso, de não perder o que ganhamos, porque, sempre, nas turbulências, as forças oportunistas do atraso tentam cooptar. E, muitas vezes, os que estão mais interessados, convictos da novidade que é a sua participação, podem, na hora, perder aquilo que pensava que era um ganho. Está a Comuna de



Paris, em 1871, está a Revolução Francesa a nos ensinar. E dos movimentos que nós tivemos aqui nem se fala. O movimento de 1964 foi diferente, mas você com certeza sabe que muitas turbulências estavam lá. Ninguém imaginava que poderia chegar nisso e chegou.

A minha opinião é que não podemos ser pessimistas. Essa é a minha opinião. Eu me encho de esperança com isso, mas, ao mesmo tempo, olhando para o passado, sabemos que grau de mudança da institucionalidade do Estado nós podemos colocar. Eu acho que hoje, pela Internet, nós podemos fazer muito mais com que a iniciativa do plebiscito, do referendo, por exemplo, da emenda constitucional seja popular. A meu ver, isso é parte da grande reforma política que nós temos que introduzir no Congresso e nos Poderes de modo geral, para que, de fato, mais sujeitos participem.

Não vai existir nunca democracia direta, como pensou Rousseau ou mesmo outros no passado. Isso é impossível. As pessoas não podem estar decidindo o dia todo sobre suas vidas e do coletivo. É preciso sempre haver gente mais... O que está acontecendo agora é que você tem núcleos maiores de multidão, subgrupos de multidão que vão decidir mais coletiva e horizontalmente, como é o caso do movimento que eles estão dizendo aqui.

Mas eles estão no transporte. Quem está na saúde? Quem vai decidir sobre a educação? Sobre a assistência social? Sobre energia? Sobre meio ambiente? Sobre agrotóxico? Sobre segurança alimentar? Sobre agricultura familiar, etc.? Nós temos dezenas de temas, e todos fazem parte da nossa vida. Então, sempre vai haver grupos e subgrupos organizados, mais horizontais, decidindo as coisas.

Existe um autor por quem eu tenho simpatia, que se baseia em Spinoza, que a meu ver é muito atual. Marilena Chaui também mergulhou muito em Spinoza. Ele foi o homem da democracia absoluta e não pôde concluir o seu livro *O Tratado Político*: Antonio Negri. Embora eu discorde de muita coisa dele, o livro *Multidão* tem muito a ver com isso. A meu ver, o fenômeno de massa que nós estamos vendo hoje tem muito a ver com essa visão da multidão do Antonio Negri, bem conhecido. Eu discordo dele, porque eu acho que o que ele chama de “multidão” poderia caber perfeitamente em “soberania popular”, embora ele destrua o conceito de soberania popular, porque ele associa a soberania popular ao uno e a multidão ao plural. Eu



acho que a soberania popular não é una. A construção histórica da Revolução Francesa para cá foi que levou ao uno. Hoje a pluralidade é um valor universal.

Eu tenho muita simpatia com a ideia dele, mas eu reforço a ideia de soberania popular, que está expressa nas ruas, que pode se expressar mais na urna, que a Internet permite nós avançarmos muito. Eu imagino que daqui a uns dias nós vamos poder fazer dezenas de plebiscitos ou de referendos num ano a partir do celular. Bota aqui a digital, vai aqui íris, e não há perigo de haver erro; pelo menos há chance de estar tudo correto. Você está lá tomando o seu suco, batendo papo, já debateu, já ouviu, hoje é o dia de votar aquele referendo; amanhã vai ser aquele; no domingo vai ser aquele; no sábado é aquele. Acabou! Quer dizer, você não precisa daquele horror de urna eletrônica. Vamos dispensar esse TSE, esse TER, porque isso é uma coisa...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES - Isso, vamos colocar banda larga, botar velocidade de Internet de que a gente precise.

Então, eu vejo com esperança. Nós que estamos aqui e outros que virão para cá, a meu ver, temos essa abertura de saber utilizar os mecanismos de participação que hoje se permitem, para multidões — vamos botar assim, no plural — participarem cada vez mais da vida pública, para fazermos essa nova ágora virtual, mas que também é presencial. Eu acho que o que vai acontecer agora é esta mistura: momentos presenciais e momentos virtuais. E, cada vez mais, a gente sentirá o povo e deverá se acostumar com isso. O meu medo é isto: essa elite que está aí, espalhada, está madura para suportar essa inovação sem levar ao retrocesso? Ou seja, abrir um pouco mais isso... O problema é este: sempre que surge um processo revolucionário, surge um contrarrevolucionário, e precisamos valorizar.

Eu finalizo com uma citação de Paul Ricoeur, filósofo falecido em 2005, que, a meu ver, pode fazer uma análise crítica de reforma e revolução ainda na década de 70. Eu li num livro dele algo que me chamou muita atenção. Ele disse: *“Nós estamos chegando a um momento em que talvez aquela visão clássica de revolução e reforma não se aplique mais”. “Revolução”, diz ele, “é a pressão contínua da convicção sobre a ação responsável. A reforma é a ação responsável.”*



Nós estamos precisando, neste momento, de fazer uma série de reformas. Se nós não as fizermos, o risco da contrarrevolução, como ele dizia, surge. É preciso estar sempre fazendo reforma. A reforma é permanente. Não existe revolução para sempre. Então, não existe reforma também para acomodação. Eu imagino que esse potencial de mudança que nós estamos sentindo devemos saber canalizar neste momento.

Eu acho que, se não houver mais gente nas ruas, não sai plesbicitito para a reforma política, não sai Assembleia Constituinte. Esta Casa, e principalmente a outra, que é mais conservadora do que esta, mas faz populismo como se não fosse, o Senado, precisam de pressão forte das ruas. As pessoas devem compreender que a reforma política tem tudo a ver com a corrupção no País. Se nós não fizermos financiamento público exclusivo ou pelo menos eliminarmos as empresas e pessoas jurídicas da participação do financiamento, toda essa luta que temos aí vai ser cooptada de maneira ruim, a meu ver, por uma elite conservadora. Portanto, nós vamos perder a grande chance de utilizar essa energia para renovar e adaptar.

Eu espero que a gente possa dar um passo à frente. Encho-me de esperança com isso, mas de esperança prudencial. Que a gente possa, de fato, não permitir que os oportunistas reacionários se aproveitem disso e prejudiquem esse avanço que o Brasil pode ter para uma nova modernidade, um patamar novo de democracia participativa, em que multidões participem de maneira mais horizontal e façam com que os poderes constituídos sejam cada vez mais permeáveis à vontade do povo e à soberania popular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Salve Gonzaguinha: *“A vida devia ser bem melhor, e será.”*

Pedro Pontual pede 1 minuto, porque vai se despedir.

O SR. PEDRO PONTUAL - É eu pedi 1 minuto, na carona do Deputado Nazareno Fonteles, para lembrar que uma das obras do nosso mestre Paulo Freire, em 1982, foi justamente a *Pedagogia da Esperança*. Então, eu também sou um homem movido à base de esperança, obviamente com a prudência a que você também se referiu.

Eu queria agradecer muito esse espaço. Lamento por não poder ficar para o restante, mas eu tinha uma audiência marcada anteriormente. Não tive condições de



mudar, mas queria valorizar muito. Eu acho que justamente este momento que nós estamos vivendo exige espaços como este, plurais, em que Parlamento, Poder Executivo, movimento popular, academia, imprensa, enfim todas as instituições instituídas e instituintes, como é o caso de vocês, sentem-se para repensar a democracia. Nós, da Secretaria-Geral, estamos sempre abertos ao diálogo e à conversação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Muito obrigado, Pedro.

Passo a palavra para a Cristiane Bernardes, Professora do CEFOR.

A SRA. CRISTIANE BRUM BERNARDES - Boa tarde, queria agradecer o convite à Terezinha e aos Deputados.

Compartilho com os Deputados algumas dúvidas e questões, porque não pretendo fazer uma sistematização de tudo o que foi feito, ainda que isso seja interessante mais adiante. Mas acho que isso contribui também para o debate que nós estamos tentando fazer no curso de mestrado profissional de Poder Legislativo, que criamos recentemente aqui, na Câmara, da qual eu sou professora. Vários alunos, inclusive na última seleção que finda por esses dias, apresentaram propostas para estudar exatamente o tema da participação política e da movimentação social no Brasil.

Conversando aqui com os debatedores, os meus colegas de debate do Movimento Passe Livre, vou colocar para vocês algumas questões que me surgem, ouvindo e vendo as manifestações.

Parte do que o Gabriel falou foi sobre a crise de legitimidade política e partidária. Gabriel, queria conversar contigo para saber se vocês têm um debate dentro do Movimento Passe Livre ou de outros movimentos de que vocês participam eventualmente? Você diz: *“Nós não estamos tentando ganhar politicamente com a nossa ação”* Fazendo uma provocação, eu acho que todo o ganho que vocês podem ter é, sim, político. Os 20 centavos ou os 40 centavos, a integralidade da tarifa ou a participação na gestão popular do transporte — que eu considero uma coisa revolucionária, porque o modelo do transporte é privado — são ganhos políticos.



Eu entendo quando você diz que o modelo é apartidário, tentando se diferenciar das atuais legendas que existem no cenário brasileiro, mas eu acho importante que o discurso aproxime mais da política. Em alguns momentos, nas manifestações, eu, pelo menos, fiquei assustada com o grau de sentimentos negativos relacionados à política; eu entendo que, às vezes, não sejam à política como um todo, mas a determinados atores políticos ou a determinadas instituições. Neste momento, fazendo um diálogo com o que o Deputado diz, sobre o medo, também tenho um pouco de receio com a narrativa que se vai construindo.

O Luciano coloca muito bem o papel da nossa mídia. Eu sou jornalista também, então, não me vou furtar ao debate sobre mídia, que é inevitável neste momento porque é a instituição que centraliza as narrativas na nossa sociedade, para o bem e para o mal; para o bem em alguns momentos e, neste momento, eu acho que para o mal.

Dizer que nós não queremos um ganho político, às vezes, é escamotear o principal objetivo do movimento, que é a participação política. Eu acho que o Deputado Rogério foi muito feliz ao dizer que a participação muitas vezes é mediada. Sim, ela é. Nós estamos falando de democracia representativa e participativa, mas nós, infelizmente, desenvolvemos um modelo que relega a participação a uma forma, talvez, institucionalizada e mais organizada, mas que é muito representativa.

Quando o Daniel fala do movimento pela educação, ele é um representante. Trata-se de um movimento que representa, é outra forma de representação. Os Deputados representam aqueles que os elegeram, e as organizações sociais e os sindicatos representam os sindicalistas, que também são eleitos em sua maioria, mas as ONGs, as suas entidades, não são eleitas. Nós temos aí uma representação que não depende de uma eleição, mas que é de ideias, de propostas, de aproximação de classes, de aproximação de identidade social, de grupos, seja de estudantes, seja de uma representação religiosa. São outras formas de representação, mas acabam sendo formas de representação.

Então, uma das indagações que eu queria colocar para os debatedores aqui, para os nossos palestrantes, para o Francisco, que falou também da mídia, e para vocês é: como fazer? Como efetivamente criar instituições de participação? O meu



objeto de pesquisa, o lugar onde eu trabalho é o Congresso Nacional, é a Câmara dos Deputados. Como criar instituições de participação dentro da Câmara dos Deputados, levando em conta...

Eu acho importante sairmos do discurso da mídia reproduzido nas redes sociais de que nós não temos nenhuma forma de participação. Entre 2010 e 2013, 5 milhões de pessoas participaram das conferências nacionais. Só em 2011, a Câmara realizou 4.715 audiências públicas. Passaram nessas audiências, 18.860 cidadãos.

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara, que recebe sugestões de entidades organizadas e representativas recebeu, desde 2001, 862 sugestões; 380 foram transformadas em projeto de lei. O e-Democracia, que é outra ferramenta — entrando na questão dos canais digitais —, tem 25 mil cidadãos cadastrados. Esse dado é de até abril de 2012. A Ouvidoria Parlamentar fez 1.300 audiências em vários locais, em vários Estados, somente em 2011. Recebe 1.700 mensagens eletrônicas por mês.

Quer dizer, o portal da Câmara tem mais de 16 milhões de acessos por ano. Isso é um dado de 2010. A Câmara dos Deputados tem mais de 20 perfis em redes sociais, de órgãos técnicos, de Comissões, sem falar nos perfis dos Parlamentares, dos gabinetes, enfim. Os órgãos técnicos, burocráticos tem mais de 20 perfis no Twitter, no Facebook; tem *blogs*. Há mais de 200 mil cidadãos no Twitter da Câmara dos Deputados. Temos o Disque-Câmara, o 0800, que é um serviço analógico, por telefone, para quem não tem Internet, criado em 2004, e que recebeu, até 2011, mais de 5 milhões e 100 ligações.

Então, simplesmente dizerem *“Não há participação no Brasil, não há participação nas instituições representativas”*, acho que é um pouco de exagero. Mas de que participação nós estamos falando, então? Qual é a diferença — essa é a minha indagação — dessa democracia representativa que nós temos para uma democracia participativa? Sem falar, obviamente, que não é o caso do Executivo, mas os Deputados são eleitos pelas suas bases, então, em algum momento, houve, sim, a maior instituição participativa de uma democracia representativa, que é o voto.



Quer dizer, nós temos problemas em nosso sistema eleitoral, com a questão da coligação, com a questão do financiamento público de campanha, que são temas para a reforma política? Sim. Esses são temas que precisam ser discutidos, debatidos, como o Deputado bem falou. Não são temas de decisão fácil, nunca foram decididos no Congresso, exatamente porque não há acordo sobre qual seria a melhor forma.

Mas como aproveitar — e, aí, eu queria ouvir principalmente de vocês —, como aproveitar este momento, que traz esperança, porque as pessoas estão a fim de participar? Que bom, não é? Porque, em algum momento, parecia que elas nem estavam a fim de participar. Agora elas estão a fim de participar, querem falar, querem propor. Como aproveitar isso? Que sugestões vocês trazem? Porque, para quem está dentro do Congresso, eu confesso que é um pouco assustador esse movimento, não simplesmente porque deslegitima as instituições, mas porque parece que todas essas iniciativas são, em alguma medida, inúteis, não chegam à sociedade. O que nós precisamos fazer para que elas cheguem e sejam efetivamente utilizadas pela sociedade? Há canais aqui dentro. Por que não se usar também esses canais? Além de outros que vão ser criados, externos, enfim, de várias formas.

São indagações, várias indagações. Luciano, é interessante você falar do Mesquita, que ele queria falar para as elites. Porque, desde 2000 — eu estudei os jornais populares, trabalhei num jornal popular, fui repórter de polícia num jornal popular, também, há muito tempo —, desde 2000, os únicos jornais que crescem em tiragem no Brasil são os jornais populares. E eles continuam dizendo que tem que falar com a elite. Então, parece um equívoco, inclusive, econômico, não é?

E uma última indagação é: como que o Estado brasileiro — e me refiro a todos os Poderes, não só ao Legislativo, de onde falamos aqui —, como o Estado brasileiro faz frente a essa avalanche, que o Francisco tão bem colocou, e o Luciano reforçou, da questão econômica? Porque não se trata mais do poder econômico somente de grupos nacionais, são grupos transnacionais, são grupos mais poderosos do que a maioria dos países. Então, existe um Estado acossado por corporações — você citou os ótimos filmes —, e como esse Estado, acossado por corporações, pode encontrar apoio, talvez, na participação popular? Como o



Deputado falava, quer dizer, um antídoto para a cooptação do poder econômico. Porque nós tentamos sair, tentamos sair, mas voltamos para o poder econômico. O Marx não nos abandona.

Muito obrigada pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Eu queria pedir à Cristiane que passasse esses dados para a Comissão, porque seria de grande valia para o relatório.

Passo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. GABRIEL SOARES - Posso só dar um rápido esclarecimento, porque houve um mal-entendido? A gente estava falando de político pessoal, que não queremos um ganho político pessoal. O movimento compreende perfeitamente bem que é uma questão política, que é um ganho político, tanto que a gente falou do movimento, que a questão do transporte não deveria ser técnica, porque é uma questão política, etc. e tal. Era político pessoal, de não ter um ganho político pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Maravilha.

Vou passar a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago. Na sequência, eu vou abrir a palavra aos membros da Mesa e aos debatedores, para podermos finalizar o nosso seminário.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Boa tarde a todos e a todas.

Eu não pude chegar antes porque estava na mesma agenda para a qual foi o Daniel Cara, que é a votação, agora à tarde, da matéria da destinação dos *royalties* do petróleo para a Educação. Nós votamos na Câmara um substitutivo — eu fiz diversas emendas, que foram acolhidas —, e o Senado o alterou. Portanto, temos hoje esse conflito entre o projeto votado pela Câmara, que dimensiona um volume muito maior de recursos a serem aplicados, em 10 anos, para a educação, e um quarto disso para a saúde, e o projeto aprovado pelo Senado.

O Relator da matéria é o Líder da minha bancada, Deputado André Figueiredo. E nós estávamos em reunião antes de vir para cá. Mas, por coincidência, no intervalo, à espera de uma votação da medida provisória, eu redigi um artigo — eu escrevo em *blogs* e em jornais de meu Estado, com regularidade —,



cujo título é Mais Democracia. Eu faço exatamente essa reflexão, que está sendo feita, com mais ou menos profundidade, e procuro defender, no meu ponto de vista, mais democracia, inclusive num campo que não tem sido tratado de forma democrática, um campo que vem sendo conduzido, mesmo no processo de redemocratização da sociedade, de forma profundamente arbitrária, autoritária e seletiva: o campo da macroeconomia, o campo da economia.

Convencionou-se dizer para a sociedade que essa área do conhecimento e da prática humana é uma área especial, onde só alguns sábios podem discutir, decidir e escolher os caminhos, tomar as decisões e levar para o restante da sociedade a consequência dessas decisões. Nós fizemos, nos últimos anos, dezenas e dezenas de conferências nacionais, estaduais e municipais, sobre os mais diferentes temas, inclusive Conferência Nacional de Comunicação, mas não fizemos, desde o ciclo iniciado no Governo do Presidente Lula, nenhuma conferência de economia e desenvolvimento, nenhuma conferência macroeconômica, para discutirmos, sob a ótica da população, a taxa de juros, a política cambial, a dívida pública, o desenvolvimento, a política de incentivo à exportação, a presença do Brasil na economia da América Latina, a presença do Brasil na economia internacional.

E essas questões, do meu ponto de vista, são vitais quando se discute o aprimoramento das instituições. Porque, na medida em que as instituições abdicam das suas prerrogativas — e o Parlamento é uma instituição essencial à democracia —, na medida em que nós abdicamos das nossas prerrogativas, e não defendemos que a democracia direta, que está inscrita na Constituição, no art. 1º, parágrafo único, também não defendemos que a democracia direta incida sobre as decisões macroeconômicas, nós estamos subtraindo da sociedade, do saber popular e das pressões populares as decisões que incidem no maior volume de transferência de riqueza, que é hoje, no capitalismo deste momento, o volume da riqueza que trafega na esfera financeira.

Isso é de tal magnitude que lá, em 1998, quando o Celso Furtado publicou *O Capitalismo Global*, já alertava para o tamanho da dimensão econômica e do poder que estaria consolidado por trás dessas instituições.



E, aí, nós viemos de lá, de 1998, para a questão das passagens, para a questão da política de mobilidade urbana, para a questão dos transportes. Da Constituição Federal às Constituições dos Estados, às Leis Orgânicas dos Municípios, sobretudo das Capitais, nós temos todas as diretrizes que definem como se deve construir, processar e avaliar uma polícia de mobilidade urbana e de transporte.

Eu publiquei um artigo no dia 3 de julho de 1991, no *Jornal do Comércio*, do meu Estado, intitulado *A Via Costeira e os Coletivos*. A Via Costeira era um projeto de via expressa, da Capital até o litoral sul, hoje substituída por outra via, chamada Via Mangue, já em construção; uma obra de quase meio bilhão, apenas de um trecho sul da cidade. Eu recuperava, da Lei Orgânica e da proposta do Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade, há 22 anos, o que estava posto. Se aquilo tivesse sido cumprido à risca, nós teríamos transparência nas planilhas, nós teríamos conselho de usuários, tudo aquilo que nós ressuscitamos na Lei de Mobilidade Urbana de 2012.

Aquilo que a sociedade inscreve no campo da norma política e aquilo que não se faz no campo da execução econômica é a grande contradição que vivemos hoje na democracia brasileira. Hoje vivemos um padrão de acumulação do capital que dita o conjunto das normas que devem reger a produção de riqueza e a sua distribuição na vida em sociedade. Então, interessa a esse padrão de acumulação que não haja transparência nas planilhas, que o reajuste das passagens continue indexado ao índice de inflação, quando lá atrás, em 1994, o Plano Real desindexou praticamente tudo.

Há 1 mês, o Presidente da Força Sindical fez uma conferência em São Paulo e defendeu que, sempre que a inflação chegasse a 3%, houvesse correção dos salários. E o mundo quase se acabou porque ele defendeu a indexação. E continuam indexados o reajuste das tarifas de passagem, o reajuste da telefonia e o reajuste da energia. E a elite não fala disso. Por quê? Porque interessa ao padrão de acumulação do capital. Como interessa ao padrão de acumulação do capital retirar do Parlamento o direito de decidir quais são os custos do endividamento do Estado/Nação. Nós não podemos mexer na dotação orçamentária reservada aos serviços da dívida pública.



Como é que todo poder emana do povo, que nós recebemos o voto da sociedade e podemos exercer a representação de mãos dadas com a democracia direta, mas não podemos decidir aquilo que hoje incide em 44% de comprometimento do Tesouro Nacional, que é o comprometimento dos juros e amortização da dívida pública?

Aí caberia uma irônica emenda à Constituição. Nós podemos fazê-la, Rogério, Nazareno e eu: *“Todo poder emana do povo, mas não é o poder todo.”* (Risos.) Não é o poder todo; é só uma banda do poder, e não é a mais larga. Então, essa contradição nós temos que enfrentar.

Eu vejo que, na discussão do aprimoramento e na construção das práticas democráticas mais largas, mais profundas e mais universais, nós temos um conflito de ótica. Para onde nós olhamos? E é um conflito pendular. Nós olhamos para o varejo ou olhamos para o atacado? Olhamos para o que é miúdo ou para o que é graúdo? Nós olhamos para a superfície ou para o que é profundo? Nós olhamos apenas para a conjuntura ou, ao mesmo tempo, nos preocupamos com os grandes movimentos estruturais? Nós olhamos para o que é tópico ou para a planície?

A tendência é nós sermos pautados para olhar para o varejo, para o miúdo, para o superficial, para o conjuntural, para o tópico, e dar preferência ao projeto de poder e não ao projeto de sociedade.

Eu sou neto de um cidadão que morreu em 1966, Antônio Ferreira de Melo Santiago. Nós somos internautas, militantes da mídia alternativa, muitas dessas novas gerações não sabem, mas meu avô foi radioamador. Foi o primeiro radioamador do Brasil a cruzar a linha do Equador, transmitindo do Nordeste. Seu prefixo era PY7VA.

Eu me mudei do Rio de Janeiro para Fortaleza em 1970, meu avô já havia falecido, e me apresentaram à estação de transmissão de radioamador dele. Era um quarto de 16 metros quadrados. Três das quatro paredes estavam tomadas por estantes. As válvulas eram do tamanho de uma garrafa térmica. Ele tinha uma caixa de sapatos com cartões postais que eram as congratulações pessoais dos radioamadores do mundo inteiro com os quais ele se comunicava.

Quando nós começamos a viver a supremacia da comunicação direta da Internet, eu chorei durante uma noite inteira, porque imaginei como meu avô teria



ficado feliz, como radioamador, em ter vivido o surgimento da Internet. Ele fez a estação dele toda à mão, à chave de fenda, a bico de canivete, porque ele era radiotelegrafista dos Correios e Telégrafos.

Então, nós temos hoje uma grande oportunidade de fazer com que a democracia direta avance.

Eu coloquei hoje uma postagem, sob a forma de cordel, dizendo o seguinte: *“Está na Constituição: democracia são duas. Uma é pelo voto, a outra se faz nas ruas. Pelo voto capital, já faz tempo que comanda. Campanhas caras, bilhões. Mas, nas ruas, pouco manda. Por isso, amanhã é dia da segunda prosperar, juntando o que há de bom para este País avançar. Há compromisso de luta nas duas democracias. Na primeira, resistência. Na segunda, maiorias. Por isso, juntos faremos este País acordar. No dia 11, avancemos, o atraso vamos barrar.”*

Amanhã é o dia de grandes manifestações. Dessa vez, sob o protagonismo maior das centrais sindicais e de movimentos sociais mais organizados. Mas essa é uma discussão de fundo. Nós vivemos hoje um período em que o mundo se redivide e consolida um processo que lá atrás, há 40 anos, deslocou o eixo central de acumulação do capitalismo da produção, das grandes corporações para a esfera da acumulação financeira, a chamada financeirização da economia.

Hoje é esse mundo que está sendo redividido. Nesse palco, se não houver ruptura, se não houver consciência de que é preciso rompermos com estruturas velhas, mesmo que a superfície nos seja de tranquilidade e de conforto, não vamos sair do papel que o mundo nos está colocando.

O Brasil e alguns países da América Latina estão sendo instados, se não romperem com dogmas, convenções e modismos na esfera da macroeconomia, a serem uma nova colônia da segunda década do século XXI. Nós vamos ser país produtor e exportador de *commodities* agrícolas e de produtos básicos. Vamos entregar a riqueza da infraestrutura ao capital internacional. Vamos exportar riqueza fiscal através dos juros e encargos da dívida pública e vamos comprar do mundo bens sofisticados de alta e média tecnologias. E vamos ter que entregar ao mundo o lucro da desnacionalização da infraestrutura. Tudo isso com Bolsa Família. Tudo isso com mais acesso à educação média e ao ensino superior. Tudo isso sob o prisma da democracia.



Então, nós temos que olhar para essas questões. As questões não se conduzem apenas pela ótica da conjuntura. Muitas vezes uma conjuntura estável promove uma estrutura nefasta para o bem-estar da maioria da população. Às vezes, o bem-estar de uma conjuntura política e a estabilidade política de um governo são muito mais nocivos à sociedade que os momentos de instabilidade, que podem sinalizar rupturas.

Quando eu defendo, como nós defendemos, mais democracia na esfera da economia é porque acho um abuso você ouvir uma autoridade econômica, seja um Ministro da Fazenda, um Presidente do Banco Central, uma pretensa comentarista econômica, como a Miriam Leitão, ou pretensos comentaristas econômicos, como Sardenberg, da CBN, dizer o universo de bobagens que dizem quando têm que falar de economia.

Eu concluo, Presidente, dando aqui o depoimento que dei há 1 ano, quando algumas organizações de pesquisa circularam aqui, no Congresso, perguntando aos Deputados sobre o controle da mídia. Uma instituição de que não me recordo me perguntou ali, no anexo da Taquigrafia, se eu era a favor do controle da mídia ou da democracia dos meios de comunicação.

Eu disse: *“Não. Não sou a favor do controle da mídia. Posso lhe dar um exemplo?”* Ela respondeu: *“Pode.”* Eu disse: *“Cada vez que, de manhã cedo, eu tiver a má sorte de ouvir a Miriam Leitão falar 5 minutos no Bom dia Brasil, eu quero ter 5 minutos para, depois dela, ouvir Luiz Gonzaga Belluzzo, Carlos Lessa, João Sicsú, da UFRJ, ou Tânia Bacelar, do meu Estado. Só há democracia nas comunicações se houver o direito ao contraditório.”*

Depois, eu concluí, como o Belluzzo concluiu, ao publicar um artigo, na semana passada, dizendo: *“Na verdade, a questão da comunicação saiu da defesa do contraditório para a tutela do ponto de vista das potências. Eles não estão mais preocupados em contestar as opiniões distintas. Eles produzem a opinião única e a ocupam pela compra do espaço, pelo pagamento da mídia e da publicidade. Eles ocupam e produzem a opinião dominante.”*

Nós ouvimos aqui, há décadas, que só se combate a inflação com alta taxa de juros. Há 7 anos, a comunidade acadêmica começa a dizer: *“Opa! Não é assim.”* Aí, o Sicsú, o Ricardo Carneiro, da UNICAMP, e outros começam a produzir e dizer:



“Minha gente, isso está muito mais chegado a modismos, a convenções e dogmas que à ciência exata.” Aliás, a economia nunca foi ciência exata.

Então, eu acho extremamente salutar que nós tenhamos a sociedade sinalizando, mas, ao mesmo tempo, comandando processos de priorização de decisões políticas, projetos e matérias que têm que ser votadas.

Falava-se aqui que a Câmara teria contratado ou buscou contratar, em uma licitação, uma empresa de publicidade para cuidar da imagem da Casa. É jogar dinheiro fora.

Em 2005, a Frente Parlamentar de Combate à Corrupção sentou-se com a Secretaria de Comunicação da Câmara e pediu uma proposta de campanha institucional de combate à corrupção. Essa campanha foi feita pelos funcionários da Casa, Deputado Rogério. E ela deixou um título: *A corrupção deixa marcas*. Uma campanha inteira de mídia para rádio, jornal, televisão, com *banner*, comunicação em empresas públicas, universidades, aeroportos. Mas nunca tivemos uma Mesa Diretora de lá para cá que assumisse a produção dessa campanha.

Eu lembro, inclusive, que quando o Deputado Arlindo Chinaglia foi Presidente, recebeu a direção da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, olhou a peça, achou interessante, mas, na última reunião que fez conosco, disse: *“Eu não posso colocar essa matéria em pauta porque já vazou, e vários Líderes vieram me dizer que nós não poderíamos deflagrar uma campanha institucional de combate à corrupção porque poderia ter um efeito contrário, e seria respingar sobre a imagem da Câmara.”*

E até hoje a Câmara dos Deputados nunca deflagrou uma campanha institucional de combate à corrupção, independente dos atos, das operações da Polícia Federal, das CPIs, etc., etc.

Então, há estruturas seculares — que vêm desde a Colônia, do Império, da República Velha —, que têm no Estado um instrumento de acumulação privada, por meio do ilícito. E estruturas que se consolidaram nas últimas décadas, que têm na financeirização da economia e no domínio dos centros de decisão... Eles não se interessam por partidos, interessam em ter, na Fazenda ou no Planejamento, no Banco Central e na mídia, os seus porta-vozes. E, com isso, através dos dogmas,



das manias, dos modismos, eles produzem as decisões econômicas que fazem com que a passagem suba acima da inflação, como está produzindo desde agora.

Aliás, os grandes jornais só começaram a mostrar quanto foi o aumento do IPCA e o das tarifas depois das manifestações. Antes, poucas eram as impressões e as notícias que demonstravam a disparidade do IPCA e com o reajuste das tarifas. Agora todos estão publicando. O IPEA fez um estudo e publicou esta semana. Louvado seja!

Eu quero encerrar, repetindo aqui o que estava escrito em um cartaz na manifestação de Recife, da qual participei do início ao fim. Não fui admoestado, não fui acusado, absolutamente, porque muitos de nós aqui temos essa origem. O cartaz dizia o seguinte: “*Os que nunca dormiram saúdam os que acordaram agora.*”

Então, isso é fundamental. Porque, por mais que a política tradicional e seus reflexos sejam do distanciamento da população, da traição ao voto popular, dos interesses particulares dos partidos e de Parlamentares se sobrepondo aos interesses da maioria da Nação, aqui nós temos conflitos, aqui dentro nós temos lutas de classe.

Aqui dentro o pau canta quando discutimos medidas tributárias e vêm os Deputados que representam o capital e querem desoneração; quando nós queremos tributação progressiva; quando pedem rolagem da dívida e nós queremos auditoria da dívida; quando pedem benefícios tributários e nós queremos combate à sonegação; quando querem o voto fechado e nós queremos o voto aberto.

Aqui também há luta de classe. Só que nós não temos a maior parte dos instrumentos para mostra isso de maneira adequada lá fora. Então, eu acho que é essencial, Sr. Presidente, fazermos esse debate, pensarmos que nós não devemos construir só conjunturas estáveis.

Muitas vezes, a estabilidade da superfície do mar — como dizia meu pai, que foi marítimo — esconde correntezas profundas e muito fortes no fundo do oceano. Então, temos que pensar até que ponto atende à sociedade uma conjuntura estável, uma governabilidade estável, mas que perpetua estruturas seculares de escravidão, de dominação e de discriminação. E, quando percebermos que há necessidade de ruptura, não tenhamos medo de fazê-la. Somos capazes de ousar, de ter a



legitimidade de defender, como dizia Furtado, as ideias novas, mesmo que elas sejam consideradas uma heresia para o *status quo* e para as elites de plantão.

Então, parabéns a todos vocês. Vamos continuar juntos nessa luta por uma sociedade sem explorados e exploradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Antes de passar a palavra aos nossos convidados, gostaria de registrar a presença da Senadora Maria do Carmo Alves, que está aqui no plenário. Registro também a presença dos Deputados Paulo Teixeira e Márcio Macêdo, que estiveram aqui.

Quero passar agora a palavra ao Prof. Francisco Fonseca para que possa fazer suas considerações.

O SR. FRANCISCO FONSECA - Antes de tudo eu quero apontar o excelente debate, o conjunto, o manancial de ideias que nós aqui levantamos. Necessitaríamos de outras sessões para que pudéssemos aprofundar cada uma delas.

Toda discussão sobre economia, sobre política, sobre instituições, sobre movimentos sociais, sobre o tema das novas tecnologias, tudo isso é, por si só, um manancial de problemas. Para cada um desses temas nós temos várias vertentes e várias questões e subquestões envolvidas. Então, fico muito contente. Isso mostra o nível de debate que, mais uma vez, não aparece na mídia.

Vou fazer um breve comentário sobre o vídeo produzido pelo Interozes Coletivo, que se chama *Levante sua voz*. Ele é muito interessante justamente por isso, porque há uma personagem real, chamada Sirleide.

Eu não sei quem de vocês assistiu a esse documentário do Interozes Coletivo, *Levante sua voz*, que mostra o cotidiano da empregada doméstica, cujo nome é Sirleide. Seus pais lhe deram esse nome por causa da Lady Di, etc. O cotidiano dessa empregada é marcado pelos meios de comunicação: rádio, televisão. E seus filhos também são formados tendo em vista esse enquadramento.

O vídeo é muito interessante. O que a Sirleide — o filme mostra muito isso — pensa do mundo é essa grande estrutura. A Sirleide não tem acesso à Internet. O celular dela também não acessa o Facebook. Ela não sabe o que é Facebook.

Então, esse debate mostra, fazendo aqui uma provocação ao pessoal do movimento, o que também acontece dentro das instituições, que nós não sabemos.



Pelo menos parte, ou grande parte das instituições não sabe o que acontece nas ruas, mas também nem as ruas, nem a sociedade como um todo sabe o que acontece nas instituições, pelo menos em parte das instituições.

Então, parece que há aqui uma esquizofrenia, digamos assim, com vários lados, com vários sentidos. Debates como este ocorrem, por exemplo, na Câmara Municipal de São Paulo, dos quais participo algumas vezes, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, que é responsável, por exemplo, pela vala, pelo aprofundamento das investigações da vala do cemitério clandestino, na época da ditadura militar. Tudo isso pouco aparece e pouco se sabe. E o Parlamento é visto sempre como o lugar em que nada se faz de importante.

Então, só gostaria de pontuar também esse aspecto.

Mas, para ser breve, eu quero fazer duas colocações. Uma é conceitual, e eu acho muito interessante. As falas do Deputado Paulo, da Cristiane e outras mostram um dilema importante, que é conceitual, mas é real. No fundo, estou dizendo que é conceitual porque tem gente pensando em termos teóricos, mas isso chega à nossa realidade.

Refiro-me à relação entre um certo determinismo econômico e a autonomia da política. A obra do autor Claus Offe é muitíssimo interessante para pensarmos isso. Quer dizer, o Estado brasileiro não pode — nem o brasileiro, nem nenhum outro — dizer o seguinte: “Esse celular foi previsto para durar 2 anos.” Uma obsolescência programada. Ele vai quebrar daqui a 2 anos. Eu posso nunca tê-lo deixado cair no chão, eu posso tratá-lo da melhor maneira possível. Ele vai quebrar porque foi projetado para quebrar daqui a 2 anos.

Há uma determinação do capital perante o Estado. O Estado não pode interferir no processo produtivo. Ele pode interferir, por exemplo, se há salubridade dos trabalhadores ou não, direito do trabalho. Ele pode interferir em certos mecanismos comerciais, etc. Você tem aí a Rodada Uruguaia do GATT, você tem a UNCTAD, enfim, mas, da tomada de decisão capitalista o Estado está fora.

Claus Offe diz isso perfeitamente no livro *Problemas estruturais do Estado capitalista*. É uma questão contextual, mas está presente aqui, no nosso cotidiano. Porém, há o outro lado dessa história. Qual é o papel da política? Se é um mero determinismo, então, cruzemos os braços. Mas não é. Se fosse assim, o mundo teria



a mesma cara. Eu lembraria que na Bolívia, em Cochabamba — isso no filme *The Corporation* aparece e é muito interessante —, houve a privatização da água.

O Banco Mundial, com seus técnicos, foi ao Governo González... Qual era o Presidente? Ele falava um espanhol com fortíssimo sotaque dos Estados Unidos. Ele morou... Era Sánchez de Lozada, melhor dizendo. A água foi privatizada. E o contrato dizia que se você colocasse água da chuva num copo, teria que pagar por ela. Isso estava no contrato. E houve o que se chamou de Rebelião das Águas: os cidadãos saíram às ruas e quebraram tudo. O que aconteceu? Desprivatizou-se.

Então, o determinismo econômico tem limites. Na verdade, ele não é determinado. O seu papel histórico pode ser retomado.

A pergunta da Cristiane: “Qual é o papel da política?” — a política entendida não como a política dos gabinetes, mas a política do movimento social.

O que o MPL fez? O impensável. O Governador Alckmin, que tem as estradas mais caras do Brasil, rompeu o contrato — “rompeu”, entre aspas — e falou: “*Não vamos agora*”... Estava na data de haver a revisão, como bem disse aqui, das tarifas indexadas. E o que ele fez? “*Não, vamos congelar, vamos congelar as tarifas de pedágio*”, que são altíssimas no Estado de São Paulo. Isso é fruto, diria, de vocês — está claro? —, desse movimento que vocês colocaram na rua.

Há um papel da política, para falar da teoria de um autor chamado Robert Dahl, muito interessante também para pensar nessa discussão. A política tem uma autonomia. Ela tem limites históricos. Mas a nossa questão é: o que é possível? No fundo, eu acho que a pergunta da Cristiane é a seguinte: o que é possível? O possível é sempre relativo. O quanto a corda aguenta? Depende das correlações de força. Aqui não há uma resposta definida. Há limites, evidentemente, da política no capitalismo, mas esses limites são flexíveis.

Até 1 mês atrás, nós teríamos o aumento indexado dos pedágios. Eles estão congelados. Nós colocamos na agenda decisória dos governos do Brasil o direito ao transporte, como o direito à saúde, como o direito à educação. Nós não temos o SUS? Alguém é contrário ao SUS, de modo geral? Alguma força relevante é contrária ao SUS, do ponto de vista de acabar com essa universalidade? Não. Por que o transporte não pode ser, com toda a razão, vocês apontam isso, um direito universal?



Então, o que era impossível, de 1 mês para cá, tornou-se possível.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Francisco, só quero dar um dado aqui que maquiou um pouco essa discussão recente.

A Presidenta Dilma editou a Medida Provisória nº 617, que tirou a incidência da COFINS nas tarifas. Eu vi muita gente aplaudindo. Por coincidência, neste plenário, reúne-se a Comissão de Seguridade Social e Família.

Então, eu me senti provocado e fiz um artigo colocando o seguinte: *MP 617 - Tarifa sem Imposto, Saúde sem Financiamento*, porque a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social é a principal fonte de arrecadação da seguridade social. E quem financia o SUS, pela Constituição, é a receita da Seguridade Social.

Para as pessoas que não sabem, quando você tira a COFINS, baixa-se uma tarifa. Muita gente aplaudiu. Eu dialoguei com Deputados do meu Estado que fizeram altos elogios. Eu disse: tudo bem, você tirou o imposto de uma tarifa, mas você está enfraquecendo o financiamento do SUS. Não dá para você fazer uma política que atenda, topicamente...

O SR. FRANCISCO FONSECA - Cobertor curto.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Exatamente... a uma questão e esconda da sociedade que você está prejudicando outra parcela tão precarizada quanto as pessoas que dependem do transporte público, que tem uma tarifa cara, que não têm saúde universal, que não têm qualidade no atendimento, etc.

O SR. FRANCISCO FONSECA - Sem dúvida. Mas, de qualquer maneira, isso não tira o mérito do movimento no sentido de colocar na agenda o direito universal. A questão é por quais meios.

Por fim, uma segunda e última consideração é sobre o papel das tecnologias.

Eu teria certo receio com as atuais tecnologias, por vários motivos.

O primeiro, estamos acabando de ver que o Governo norte-americano, absolutamente mancomunado com as empresas, Google, Gmail, todas elas, bisbilhotou a vida não apenas dos cidadãos norte-americanos, estadunidenses, mas também a nossa, dos brasileiros. Eu tenho um *e-mail* que é Gmail. Certamente, estou sendo bisbilhotado.



O Facebook é um dos lugares em que a privacidade das pessoas, dependendo de como você manobra isso, é algo seriíssimo.

Eu conheço vários relatos de pessoas que foram procurar emprego e, no RH, na entrevista — por exemplo, uma aluna me disse que faz *rave*, aquelas festas —, a pessoa falou: *“Pelo seu Facebook, eu soube que você gosta desse tipo de festa. Você acha que é compatível o seu trabalho com pessoas que fazem rave?”*. O que tem a ver a vida privada das pessoas com a sua capacidade de trabalho?

Então, o primeiro ponto é: a Internet é um lugar de poder. Fala-se muito da horizontalidade, o que é verdadeiro, porém, quantas empresas dominam a Internet? É uma empresa que está lá, na Califórnia. Mas, se houver qualquer ameaça de guerra, acabou a Internet. Os Estados Unidos dominam esse negócio. Isso não é uma brincadeira. E estão bisbilhotando o mundo inteiro. Nós somos bisbilhotados, inclusive por conversas telefônicas. O negócio é mais grave. Isso seria o caso de retirar, de expulsar os Estados Unidos de todos os acordos internacionais, da ONU; enfim, têm que ser expulsos. Isso significa que ele é um país fascista. Que outro nome poderíamos dar para um país que, institucionalmente, se mete em tudo? Não é à toa que... Essa é a nossa grande questão internacional.

Eu tomaria muito cuidado, eu acho que nós temos que ter... A Internet, de alguma maneira, o mundo digital, melhor dizendo, tornou-se algo de domínio público internacional. Tem de haver uma regulação pública internacional. Isso não pode estar na mão de um Estado, de uma empresa na Califórnia, gente!

O IP é dominado por uma empresa. Gente, qualquer ameaça de guerra, acabou Internet! Tira, despluga. Ela tem um poder violento, tem um poder político e tem um poder de inspeção, de saber o que se fala, o que se escreve. É seriíssimo. Nós estamos falando de uma questão internacional, de um poder mundial extremamente sofisticado.

Eu teria sempre muito cuidado ao falar dessas tecnologias.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES - O Julian Assange.

O SR. FRANCISCO FONSECA - O Assange e, agora, o Edward Snowden. Por sinal, o avião do Presidente Evo Morales quase ficou sem combustível no ar porque países como França, Espanha, Portugal impediram que fizesse uma parada



técnica porque, supostamente, o Snowden estava no avião. Vejam, isso no Governo Obama, num governo supostamente mais democrático.

Eu só queria apontar isso como algo seriíssimo.

Em segundo lugar, ainda quanto às questões digitais, muito já se falou sobre a Ágora Digital, o e-Government, a ideia de que nós poderíamos aqui estar votando num plebiscito, etc. É uma ideia que, na verdade, nos persegue há um bom tempo, há algumas décadas já, e que jamais foi aplicado, exceto localmente. A gente consegue ver algumas poucas experiências de que isso acontece. Até hoje, parece-me muito mais uma promessa não cumprida, como diria o Norberto Bobbio. Eu tenho muito receio... Vejam bem, eu não estou, de forma alguma, dizendo que isso não pode ser usado, como já foi usado. Não me parece ser o caso do MPL, até gostaria que vocês falassem...

A periferia não usa a Internet ainda massivamente, massivamente não usa. Por que não usa? Os celulares são pré-pagos, cujo valor é barato, mas não têm acesso. E mais: o acesso à Internet por celular é caríssimo no Brasil. A banda larga é caríssima. Então, nós temos outro problema.

Eu tenho o receio de nós estarmos — apenas fazendo um contraponto aqui, mas para realmente problematizar — colocando muita ênfase nas possibilidades relativas a essas novas tecnologias, quando tecnologia é como a bomba atômica, ou seja, a tecnologia pode ser usada de inúmeras maneiras. Ela pode ser usada para bisbilhotar, como pode ser usada para fazer...

Sempre fico pensando como seria se houvesse Internet na Revolução Russa (*Risos.*) Para o bem e para o mal? Como é que o Lenin iria lidar com ela, para o bem ou para o mal?

Enfim, eu só queria problematizar. Eu acho que há muitas questões. Acho que esta Casa e o Brasil, enquanto país, precisam colocar na agenda mundial que o mundo digital é patrimônio público, não é patrimônio de um país e de uma empresa. Está claro? E os riscos que estão colocados são enormes.

Nós estamos num conflito diplomático. Nós vamos ver qual é a posição brasileira para valer nos fóruns internacionais a respeito de uma reprimenda aos Estados Unidos. O que eles estão fazendo é de um país terrorista. Isso é terrorismo, terrorismo de Estado. É coisa muito séria.



Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Obrigado, Francisco Fonseca.

Eu queria passar a palavra agora para o Luciano Martins.

O SR. LUCIANO MARTINS COSTA - Eu não resisto a uma provocação, é da minha natureza. Eu vou dizer que eu penso exatamente o contrário. Eu não tenho nenhum medo, nenhuma preocupação desse tipo.

Primeiro, porque, no momento em que os Estados Unidos decidirem desligar a Internet, eles voltam à idade da pedra.

Segundo, porque a França mantém o sistema Telematic vivo. E, através dos satélites chineses e russos, a qualquer momento, eu me conecto, outra vez, a quem eu quiser.

E 99% da economia americana desaparecem instantaneamente. O império americano desaparece.

Pode haver uma guerra nuclear, a coisa que eles vão tentar preservar, antes da saúde da população, é a Internet, são as conexões.

Eu não tenho a menor preocupação com questão de privacidade. Eu acho que, na sociedade que está sendo desenhada, privacidade tem outro sentido completamente diferente.

Vamos conversar isso na FGV, no curso que você dirige, já que você me convidou para dar uma aula, mas você paga o vinho depois.

Eu não tenho nenhum problema com isso, nenhum problema.

É claro que a tecnologia pode gerar uma bomba atômica, como pode gerar um sistema de ressonância magnética e câncer, etc. Mas eu tenho a impressão de que o capitalismo detonou um processo que ele não pode controlar mais, que é o processo de empoderamento das pessoas.

Eu queria, então, rapidamente, citar algumas coisas.

Você falou sobre a democracia do poder econômico *versus* a democracia dos movimentos populares.

O Deputado Nazareno fez um contraponto muito legal, então, eu vou deixar para lá.

O Eduardo disse que o transporte gratuito é a meta.



Eu queria lembrar que a Prefeita Luiza Erundina, há 2 décadas, propôs isso e, por isso, caiu. Tarifa zero. Eu lembro de um estudo dela que falava justamente sobre isso que você estava dizendo, que o eixo do movimento é o transporte, porque é o transporte que o leva para faculdade, leva-o para o colégio, leva-o para a balada, etc.

Havia um estudo, naquele projeto, de que a economia de São Paulo iria ter um *boom* extraordinário por causa da mobilidade das pessoas em determinados horários em que os ônibus não estão disponíveis ou por causa da falta de dinheiro. Existem muitas atividades culturais em São Paulo que juntariam dezenas de milhares de pessoas se o transporte fosse grátis. Em torno disso, desenvolve-se um comércio, desenvolvem-se serviços, desenvolve-se um monte de coisas que produz impostos que poderiam suportar a tarifa zero.

Outra questão é a seguinte: o transporte público, na maior parte das grandes cidades — posso falar sobre São Paulo e Rio —, está nas mãos de criminosos, de bandidos, de bandidos.

Vamos falar de um episódio que houve na Prefeitura de São Paulo. Um jovem foi lá, quebrou e tal. Foi preso, foi identificado e foi preso. Ele entrou na delegacia com uma tremenda arrogância — eu escrevi sobre isso numa das redes de jornalistas —, dizendo: “...*porque eu faço, eu quis fazer*”, não sei o quê. Deram um telefonema para ele. Aí ele veio: “*Olha, desculpa. Eu vou pagar o prejuízo, não fui eu. Desculpa.*” E saiu. Eu fiz um paralelo com um crime que aconteceu em São Paulo, horrível, em que três criminosos assaltaram uma dentista e, como ela não tinha dinheiro suficiente, eles a queimaram, mataram a mulher dentro do consultório.

A polícia foi atrás, entrou em uma favela — eu sou contra usar o nome comunidade, porque não é comunidade, são populações inteiras submetidas a uma tirania —, e os líderes do tráfico, do PCC, entregaram os três criminosos porque eles não queriam a polícia investigando lá dentro e atrapalhando os negócios deles.

É a mesma coisa. O advogado da empresa de ônibus ligou para o moleque e falou: “*Deixa de ser arrogante, seu babaca. Pede desculpas e cai fora porque nós não queremos ninguém investigando a empresa.*” E essa empresa, que é do pai dele, desse rapaz que estava na manifestação — o pai dele é um dos sócios da



empresa —, é a empresa que tem o maior acúmulo de multas de todas as empresas que circulam na Grande São Paulo.

O sistema de transporte nas metrópoles é... Em São Paulo, há o eixo que atravessa a cidade, que é atendido por consórcios. Quando houve a privatização, logo depois que a Erundina saiu, o filho do Deputado Paulo Maluf ficou sócio de três consórcios. Houve uma ação entre amigos.

O sistema radial de transporte pertence a donos dos consórcios, e o sistema mais pulverizado, o que entra nas comunidades, nas favelas, nos bairros periféricos, é controlado pelo PCC, não todo, mas boa parte.

O crime organizado também controla uma parte da distribuição de combustíveis em São Paulo.

Na última eleição parlamentar candidatou-se um cidadão empresário da área de combustíveis, e descobriu-se, na “boca” da eleição, que ele era egresso do sistema penitenciário e um dos contadores do Primeiro Comando da Capital — PCC —, que é um partido político e age como tal.

Esse cidadão controla 40 postos de combustíveis, circula pela Zona Oeste de São Paulo a bordo de uma Ferrari vermelha, elege Vereadores e tentou ser Deputado Federal. Os senhores correram o risco de se sentarem ao lado de um dos financiadores do narcotráfico. Aliás, é bem possível que os senhores estejam sentados ao lado, ou próximo, de um financiador do narcotráfico. Ou seja, o processo político de formação das candidaturas é tão vulnerável que um sujeito que... Você não precisa nem perguntar o nome dele, você já diz: *“Que cara criminoso! Ele quase se tornou Deputado Federal.”*

A ficha dele foi referendada, avalizada pelo ex-Prefeito de São Paulo, criador do PSD. Ele aparece em fotografia, num cartaz, junto com o Governador. Espera aí, gente! Não é um descolamento total da realidade?

Então, eles têm razão, sim. É preciso discutir a tarifa zero e discutir profundamente o efeito econômico que ela pode ter na multiplicação dos eventos, no comércio, por exemplo, na reorganização da logística das empresas numa cidade como São Paulo.

Entre Contagem e Belo Horizonte, há só uma empresa de ônibus, que circula quando quer.



Há um Vereador que se elegeu com uma faixa: *“Mais uma empresa de ônibus para Contagem!”*

Há uma faixa na estrada que diz: *“Mais uma empresa de ônibus para Contagem!”*

Em Vespasiano é a mesma coisa. Em Vespasiano, na entrada do Aeroporto de Confins, por que as pessoas bloqueiam? Porque há uma só empresa de ônibus, que trabalha quando quer. Além disso, claro, fizeram aquele anel rodoviário, cortaram a adutora e está faltando água na cidade, no bairro.

São coisas simples, mas elas vão formando um consenso de descontentamento. São as chamadas demandas difusas da sociedade.

Para completar, a Cristiane falou sobre aquela minha referência ao Dr. Ruy Mesquita, na qual ele fala que o jornal deve se dirigir às elites e que é por isso que os jornais estão encolhendo. Isso não é verdade. Mas também os jornais populares não vão ter fôlego, não. O que não há é fidelidade no leitor do jornal popular. Ele compra pela manchete, porque existe uma visão elitista da empresa jornalística. A mesma empresa jornalística que faz *O Globo* faz o *Diário de S.Paulo*, que, pra você que tem uma visão elitista, só publica foto de mulher pelada e crime sangrento. Quer dizer, os jornais populares, para eles, é o modelo de notícias populares.

Alguns, como o *Diário de S.Paulo*, por exemplo, falam só sobre aposentadoria, porque priorizaram o nicho dos aposentados, que têm mais tempo para ler. Mas não têm fôlego, não. Já estão começando a cair.

Os jornais gratuitos têm mais circulação do que os jornais populares.

Então, é essa a questão.

O Gabriel falou que, em 2014, será possível que os ativistas do movimento que eles representam sejam considerados terroristas. Há alguma preocupação?

Eu estava conversando com meus filhos sobre isso, e um dos jovens falou: *“A ditadura, o regime autoritário, está no seu horizonte, não no nosso. Não tenho a menor preocupação.”*

Então, eu vejo, nas redes sociais, os meus amigos da minha idade, um pouco mais jovens: *“Olha a ditadura.”* O Deputado, mesmo, verbalizou indiretamente esse temor: *“Olhem, não façam essa bagunça na rua, que a ditadura vem.”* Não dura uma semana! Eles me disseram o seguinte: *“Não está no nosso horizonte. Não temos a*



menor preocupação com isso.” Eu tenho absoluta convicção nesse sentido. Não existe a menor condição, a menor possibilidade. Numa sociedade tão porosa, tão articulada, não existe a menor possibilidade de isso acontecer.

Então, eu acho que o temor de um retrocesso... O rapaz da Mídia NINJA que deu aula no meu curso na FGV falou: *“Nós sabemos quem são os fascistas, quem são os caras do Movimento Punk. Outro dia nós os entrevistamos no meio da manifestação e perguntamos o que eles queriam, e eles disseram que queriam isso, isso e isso. E, então, nos despedimos com um tapinha na cabeça.”* Legal. Bacana. Vocês querem isso, mas nós queremos outra coisa.

Então, é preciso que as instituições — eu também falo do Parlamento, principalmente — confiem nessa energia.

O que eu falei no primeiro minuto da nossa conversa? O processo da modernidade se dá pela destruição criativa das instituições sólidas antigas. E diz o Bauman: *“Tudo se torna líquido.”* Mas não se torna líquido assim, de repente. As coisas vão se liquefazendo.

Por exemplo, vamos nos lembrar da briga aqui no Congresso pelo divórcio. Os senhores se lembram da Lei do Divórcio. É uma instituição sólida, da modernidade: a estrutura, o sistema, o casamento, etc., etc. Mas nós estamos vivendo um processo de aceleração da modernidade. Eu não concordo com o conceito de pós-modernidade. Em respeito aos acadêmicos que escrevem sobre isso, eu não diria que é uma estupidez, mas é uma estupidez. Pós-modernidade, fim da história. Isso é uma bobagem redonda.

Há um processo de aceleração da modernidade, e isso coloca questões... Aqui eles colocaram, por exemplo, a questão dos quilombolas e dos índios. Cada grupo cultural, cada etnia ou cada aldeia tem o direito de se aproximar da modernidade no seu próprio ritmo. Esse deveria ser o fundamento da nossa visão sobre a questão dos quilombolas.

Eu fui criado perto de um quilombo. Era criança e ouvia aquela língua; usavam muito aquelas expressões no Vale do Ribeira, um lugar muito isolado.

Eu os observava e fazia trabalho voluntário, como ensinar a fazer fossas, trabalhar a questão da verminose, etc. e observava a curiosidade que alguns daqueles jovens negros tinham em saber com funcionava o rádio transmissor da



lança, como funcionava o êmbolo da injeção, por que a enfermeira retirava o ar. Ele era apresentado àquelas coisas da modernidade e tinha a sua própria curiosidade.

Cada grupo cultural e social tem o direito de se aproximar.

Para concluir, como a questão é complexa, vamos discutir as mídias digitais mais para frente, numa outra oportunidade, talvez num ambiente acadêmico.

Existe uma dificuldade na interlocução entre os movimentos das ruas e as instituições porque as instituições priorizam a ordem e os movimentos das ruas se movem no caos.

A transição, a ruptura se dá quando aquilo que era caos faz algum sentido. Foi quando o movimento fez sentido aqui em Brasília.

Então, disseram: *“Vamos fazer um plebiscito. Vamos fazer a reforma política.”* A Prefeitura lá em São Paulo dizia: *“Não vamos aumentar mais a tarifa.”* O Governador falou: *“Não. Eu vou rediscutir o contrato das rodovias.”* Então, aquilo que ontem era caos para o Governante, um bando de vândalos, baderneiros...

Na véspera a *Folha de S.Paulo* fez um editorial pedindo “pau” nessa molecada. No dia seguinte mudou-se completamente a compreensão — eu até fiz um artigo para o *Observatório*. Começou a fazer sentido.

O criador de um dos maiores poderes do planeta, Dee Hock, que criou o Sistema VISA, este sim, sabe mais da sua vida do que o Governo do Presidente Barack Obama. Aquele, sim, há décadas sabe mais da sua vida, da minha vida, da vida de vocês do que o sistema... O sistema de inteligência americano é extremamente burro. Ele não sabe do que nós conversamos. Só sabe que eu liguei para a Cristiane. Mas se eu liguei para pedir um livro, para pedir um favor, para pagar uma propina para ela, eles não sabem. Eles só sabem que eu liguei. E daí? Quer dizer, isso tudo entra nessa discussão, que entra numa certa paranoia.

O criador do Sistema VISA, Dee Hock, criou uma expressão chamada “caórdico”, o momento “caórdico” ou o contexto “caórdico”. Ele dizia o seguinte: *“Quando um sujeito pega um cartão meu, chega a uma tenda no Marrocos, entrega o cartão e o comerciante árabe entrega para ele um tapete, um cara que vive caórdico diz assim: ‘Você está louco, não? Você entregou um tapete de 150 dólares, 200 dólares para um cara que te mostrou um cartão de plástico...?’”* Há uma ordem implicada nesse caos. O comerciante sabe que em algum momento aquele cartão



vai representar o dinheiro que ele quer pelo tapete; e o cara que comprou o tapete sabe que em algum momento o tapete vai chegar ao hotel dele, senão ele telefona e cancela o pagamento.

Então, é uma expressão tirada da Física, uma expressão da ordem implicada. Não é uma ordem que está implícita nas coisas; é uma ordem que está implicada, ou seja, aquilo que parece confuso mas que tem por trás de si uma natureza ordenada.

Por exemplo, os movimentos que parecem caóticos têm uma ordem por trás. Eles sabem o momento de dar dois passos e dizer: *“Olha, não toca fogo no banco. Não é isso que queremos. O que queremos é isso; as palavras de ordem são essas.”* Existe uma ordem implicada. E nós — digo eu, como jornalista ainda ligado a instituições de pedra e de *bytes* — precisamos entender esse processo e reconhecer que dentro daquilo que parece caótico existe essa ordem implicada que está apontando para uma futura nova ordem. Mas é preciso criar a interlocução com esse universo. O mundo acadêmico infelizmente ainda não está ali, olhando. As instituições da República, da mesma maneira. Quer dizer, é preciso não criar canais — canais significam mediação —, mas sim tornar mais porosas as instituições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Agradeço ao Luciano Martins. O Prof. Francisco Fonseca pediu 30 segundos para esclarecer uma questão. Depois eu vou passar a palavra para o Rodrigo Félix.

O SR. FRANCISCO CÉSAR PINTO DA FONSECA - Na verdade, é só uma contraprovação para o Luciano e para todos nós: há necessidade de se olhar para a história.

Por vezes, os fenômenos nos aparecem de tal maneira que nos parece que tudo que a história nos mostrou não serve mais para nada, que a história foi liquidada. O Deputado Nazareno disse agora há pouco uma coisa muito importante: *“O velho convive com o novo”*. Isso é bastante comum. A história brasileira é a história... Nós não acabamos com a escravidão ainda hoje. Existe escravidão no Estado de São Paulo. A 300 quilômetros da cidade de São Paulo existe escravidão. Então, o velho convive com o novo. Olhar para a história... Quer dizer, nos momentos em que os impérios se sentem, por motivos diversos, em perigo, é perfeitamente possível que ocorram situações completamente inesperadas.



Não me parece... Eu não me sinto nem um pouco seguro em usar a Internet; não me sinto nem um pouco seguro em usar os meios digitais. Estou sendo fiscalizado também pela VISA, pela Mastercard. Ou seja, o sentido de privacidade, por mais que possa se alterar, há um núcleo comum da ideia, há um núcleo que se mantém. Em outras palavras, a ideia da liquidez, do ponto de vista da modernidade, é bastante controvertida. E o velho convive com o novo.

E mais, para finalizar. Maquiavel tem uma frase fantástica que diz o seguinte: *“Para mudar a realidade, tem que ser realista”*. Eu tenho muito receio, porque, quando nós olhamos a história das revoluções tecnológicas, em cada momento de revolução tecnológica ocorre um espanto, ou muito negativo ou muito positivo. Houve os pessimistas, um movimento de trabalhadores que quebrou as máquinas. Agora é um mundo novo. Nós nunca tivemos um mundo novo. Eu tenho a impressão de nós estamos vivendo um pouco essa fase agora, de estarmos tão espantados com esse mundo que a história é apagada, mas quando nós olhamos para a história...

Eu nunca me esqueço, em Paris, num museu fantástico, é a história da França, Les Invalides, a história da França, é fantástico. Então, a França e a Europa estão lá escritas, que é a história da guerra. Quando eu olho para aquilo, eu não acredito que séculos seriam liquidados, tudo aquilo que se aprendeu e que se desaprendeu, enfim, de séculos seriam... Eu tenho muito receio de estarmos, digamos assim, vivendo um mundo que, no fundo, ele possa ser um epifenômeno. Enfim, é mais uma “contraprovação” para nós pensarmos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Obrigado, Prof. Francisco Fonseca. Provocar é preciso.

Tem a palavra o Rodrigo.

O SR. RODRIGO FÉLIX - Eu gostaria de levar um pouco a discussão para algo que acho que passou um pouco batido e responder algumas outras coisas que me incomodaram um pouco. Primeiramente, nós estamos discutindo um pouco de Internet, de transporte público, mobilidade urbana, a própria representatividade... Eu acho que todos esses assuntos passam por uma coisa que nós não falamos, que é a própria desigualdade social. Eu acho que o MPL, principalmente, é muito interessado nessa questão.



Quanto à participação política dos brasileiros, olha, eu vou me desculpar, mas vou discordar de você, Twitter não é nada. Quantos brasileiros têm Internet? Acesso à internet, que seja? Nem que seja uma *lan house*. (Pausa.) Pois é, metade. Quem tem a rede social Twitter, para começar... O Twitter teve um *boom*, houve um decréscimo no crescimento e agora está estável.

Eu vejo também que nós estamos analisando a questão muito do ponto de vista população ir até o poder para exercer ali o seu papel como cidadão a participar da democracia. Eu penso ao contrário: eu acho que o poder, as instituições precisam olhar mais e se voltar mais para as periferias, para as pessoas carentes, justamente por causa da desigualdade social.

Nós falamos aqui de Internet, mas, se nós voltarmos aqui para o transporte público, isso é gravíssimo. Imaginem uma pessoa que sobrevive com o salário mínimo, que agora está em seiscentos reais, e pagar cem reais de passagens por mês, pagar duzentos reais numa passagem por mês? Aqui em Brasília, nós temos linhas a três reais, mas, se a pessoa vier do entorno, é muito mais caro. Então, esse é um problema que influencia todas as outras áreas, porque se nega à pessoa o direito à saúde, o direito à educação, o direito ao lazer, o direito de acesso ao próprio espaço físico. O que acho mais grave ainda: estamos falando aqui de política. Como falar de política sem educação? Como formar bons eleitores sem educação?

Então, acho que muito do que está acontecendo agora é isso. Vou até dar uma opinião particular: eu não acho que, nessa demora de resposta do poder público, da administração pública e do próprio Governo, eu não vejo isso como uma forma de “não entendemos”. Entende, sim. Entende, e vou citar dois fatos aqui que me fazem ver que a administração entende. Primeiro: não são bandeiras novas, não são bandeiras de hoje: transporte, saúde, educação são bandeiras antiquíssimas. O MPL do DF existe há quanto tempo? Desde que me entendo por gente, eu ouço falar da situação precária da saúde. Não se vê seriedade, nem tentativa, por parte do poder público, de negociar com os movimentos sociais. Essa questão de: “Ah, o Brasil acordou”. Não, o Brasil já estava acordado, muita gente já estava acordada. Havia muitos movimentos sociais. Nós temos exemplos dos movimentos dos



sem-teto, dos sem-terra, movimentos um pouco mais recentes, mas que eu considero até antigos, a questão do MPL.

Os movimentos sociais estavam acordados. O que eu vejo que existe é que até há pouquíssimo tempo, agora com essas manifestações, o Governo começa a recuar um pouco, mas existe também uma intransigência dos poderes em negociar com a população. Para mim, isso é um problema.

Eu já falei da periferia, mas vou repetir: enquanto nós não pensarmos mais na população brasileira como uma população que necessita de políticas públicas — eu acho que essa é a palavra-chave; enquanto nós não enxergarmos que precisamos encarar políticas públicas de maneira mais séria, é isso que vai acontecer: vão continuar as manifestações, o Governo vai continuar fingindo que não está entendendo: “Ah, são muitas pautas”. Mas são pautas antigas. No caso do MPL, eu posso dizer uma coisa: “Nós queremos a tarifa zero. Nós queremos um transporte público de qualidade.” Às vezes, eu vejo, vi hoje inclusive, uma experiência de: “Ah, mas só tarifa zero?” Não é só tarifa zero, não é só transporte público. É uma questão realmente de justiça social. Transporte por 24 horas. Ora, você só tem transporte público no horário de pico, para voltar para casa e para ir trabalhar? O que é isso? Nós somos animais, então, agora, a gente vai, trabalha, volta para casa. “Oh, fica em casa”. Não tem acesso ao Plano Piloto. Você mora em Ceilândia? Não tem acesso ao Plano Piloto. O que é isso? Vai se divertir? Tem *show* de graça, se vira. Não tem carro, se vira. Quanto custa o carro? O carro está barato agora, mas a carteira de motorista não está. E aí? E a gasolina?

Então, eu vejo o transporte público como a grande barreira hoje, justamente não só pelo acesso, mas pela questão da própria igualdade social. As pessoas que não pagariam tarifa teriam mais dinheiro para consumir da maneira que quisessem. Até mesmo a própria cidade se beneficiaria, e muito, com a mobilidade das pessoas, com maior volume de dinheiro ali envolvido, entendeu? A pessoa não vai pagar mais transporte. Então, ela vai pegar aquele dinheiro que ela gastaria em transporte público com outras coisas.

Acho que é basicamente isso que anotei aqui durante a discussão e que eu gostaria de comentar. Você gostaria de falar alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Tem a palavra o Gabriel.



O SR. GABRIEL SOARES - Só uma coisa que ele falou que, na verdade, você também falou em relação à proposta, que foi a questão levantada pela Erundina, que se falou em justiça social: quando se considera que — falando especificamente em tarifa zero — a população de baixa renda gasta mais ou menos entre um quinto e um sexto do seu dinheiro com transporte, que geralmente é o terceiro ou o segundo item de maior dispêndio, e se pega o salário mínimo, que está mais ou menos em setecentos reais, o cálculo que é frequentemente feito é que, com o Tarifa Zero, seria o equivalente a se dar aproximadamente uma bolsa família a mais para todas as famílias de baixa renda no Brasil.

Se se considerar que o crescimento econômico que o Brasil teve foi, em grande parte, por causa e devido ao Bolsa Família, provavelmente teríamos, sem a necessidade de se ter nenhum custo administrativo, não é necessário se criar um programa governamental, simplesmente com a implementação do Tarifa Zero já se teria o equivalente econômico para o País todo, que é semelhante ao que se teve mais ou menos no meio do Governo Lula.

E a questão que se comentou sobre a construção da realidade e do realismo é muito importante, porque realismo é um termo que todo movimento social odeia, porque a batalha do movimento é a batalha contra a narrativa midiática de que o que se está reivindicando é impossível. Isso é fascinante porque, por exemplo, tivemos uma reunião agora com o GDF. Bem, não agora, mas às 8 horas da manhã. Na reunião com o GDF, havia técnicos, algumas figuras políticas e algumas pessoas da mídia, inclusive um ex-chefe de edição do *Correio Braziliense*. Os dois pareceres técnicos que tivemos até agora sobre o Tarifa Zero — um do IPEA e um do DFTRANS — ambos são positivos em relação ao que eles não só não falam nada em contrário, como também apontam várias formas como isso poderia ser financiado sem ter que tirar de nenhum tipo de programa pré-existente. O Tarifa Zero pode muito facilmente ser implementado ou com um leve imposto sobre carros, Na verdade, literalmente, o IPEA apresenta sete diferentes formas sobre como o Tarifa Zero pode ser financiado. Sempre lembrando que, por causa do Vale-Transporte, há empregadores que basicamente já financiam muito do que seria o custo do Tarifa Zero. Já que existem vários programas que dão descontos etc, eliminando-se esse



custo administrativo, na verdade, essa é uma das políticas públicas, das que estão disponíveis, das mais fáceis de serem implementadas financeiramente.

O que é fascinante sobre isso, em relação ao Tarifa Zero, é que a discussão da viabilidade — nós já entendemos isso — não é uma discussão técnica, porque os pareceres técnicos não apontam para nenhuma dificuldade, exceto talvez para o aumento da demanda a médio prazo. O problema é que temos centenas de manchetes de jornais que tomam como artigo de fé que o Tarifa Zero é inviável. Assim como eles tomam como artigo de fé que o Bolsa Família ou o que for é inviável. Essa é a batalha do movimento social. A batalha do movimento social quase nunca é contra o aspecto técnico ou administrativo. Ela é contra a agenda conservadora da mídia. Certo? Quem falou na reunião, basicamente, estava falando o técnico do DFTRANS, que é órgão de trânsito, estava pegando informações do site do MPL e as apresentando quando estava fazendo a pesquisa dele. E quem estava falando contrário era obviamente um secretário do Governo e um cara do jornal *Correio Braziliense*, falando que era inviável. Entende? Isso é muito importante. Realismo não é um termo absoluto. Realismo é uma construção social midiática conservadora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Tem a palavra a Profa. Cristiane Bernardes.

A SRA. CRISTIANE BERNARDES BRUM - Só para concluir. Gabriel, foi uma provocação. Eu entendi que vocês estão falando da política pessoal, mas eu acho que os termos são importantes. Eu acho importante que o movimento tenha noção de que algumas pessoas vão usar o discurso de vocês para deslegitimar a luta política enquanto luta política. Vão fazer isso. E o discurso da mídia não é realista. Não é. Quando falamos de realismo é a análise da... O discurso do técnico do IPEA provavelmente, que foi lá e calculou e viu qual é o custo, é muito mais realista. O discurso da mídia está eivado de interesses, enfim, econômicos principalmente. Então, quer dizer, aqui no DF, nós sabemos quais são os interesses que eles estão defendendo, não é da população trabalhadora, não é, enfim...

Quero só agradecer pela oportunidade. Acho que foi um debate muito bacana, e vamos aprendendo. Vamos ver se conversamos mais vezes. Obrigada.



O SR. LUCIANO MARTINS COSTA - Eu só queria aproveitar essa observação da Cristiane para colocar em perspectiva a seguinte questão: a mídia, assim como todas as instituições tradicionais, tenta interpretar a realidade. Ela não é a realidade, ela tenta interpretar a realidade, enquanto que, nas relações sociais, o que se tenta é compreender, não interpretar. São coisas diferentes. Na interpretação, eu faço de você um objeto de interpretação, faço do movimento um objeto de interpretação. É assim que a mídia funciona. No objeto de interpretação, eu estabeleço os paradigmas, porque eu quero provar que vocês são vândalos. Eu quero demonstrar isso. Agora, a compreensão é outro movimento comunicacional, é de outra natureza. Eu tiro os meus paradigmas, meus pressupostos. Isso não existe na mídia. Aquilo que media as relações sociais não media pela compreensão; media pela interpretação.

O que eu acho que o que o Parlamento ou as instituições têm que fazer é procurar compreender e não construir canais de interpretação, senão vai cair na mesma questão, que é a falta de entendimento do que é a natureza desse movimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Eu queria agradecer a todos pela presença. Foi um debate muito rico. Infelizmente, nós temos muita dificuldade de fazer debates de fôlego. Temos nesta Comissão a pretensão de discutir um pouco o sistema de Governo, discutir Estado *versus* Governo. Estamos aqui questionando e debatendo como os governos têm hoje dificuldade de se legitimar, mas temos uma parte do Estado que não tem relação nenhuma com o interesse público, que privatizou o Estado e é legitimado pela mídia. Não tem nada a ver com o interesse público. Nós temos um Estado que foi privatizado por determinadas corporações que ficam com a maior parte da riqueza do Estado, que dificultam inclusive e que definem os rumos do Estado. Nós não vemos um debate mais consistente sobre isso. Então, acho que é um tema que já abordamos nesta Comissão, mas que precisa ser aprofundado.

Sobre o debate federativo, o nosso País é um Estado muito complexo com três entes federados. A Constituição produziu o conceito de cidadania e conseqüentemente demandas estruturais de organização do Estado muito complexas porque temos direitos que são produzidos pelos Municípios,



complementados pela unidade federada Estado, complementados pela União, mas os direitos são de cidadania, são do cidadão. Este é portador desse direito, é indissociável. No entanto, nós não aprofundamos os modelos de organização sistêmica da assistência social, da saúde, da educação.

Hoje é a primeira vez que eu vejo alguém falar de três mil sistemas educacionais no Brasil, assim como de seis mil sistemas de saúde no País, mas no debate sobre a organização sistêmica para dar conta, para fincar e para garantir os direitos, ou seja, os princípios que assegurariam esses direitos, no caso da saúde, no caso da educação, no caso da assistência social, no caso da previdência, surgem muitas dificuldades. Abrimos o espaço para debater isso aqui, mas infelizmente são alguns abnegados que topam fazer esse debate de fôlego.

Um momento como este era para estarmos fazendo este debate, era para estarmos construindo uma visão multifacetada dessa conjuntura para compreender, para dar o próximo salto, para aproveitar essa energia que está nas ruas e para fazer o debate da democracia.

Eu não tenho dúvida de que a revolução tecnológica pela Internet não importa, o que importa é que ela existe, o que importa é que ela acaba ou diminui com a mediação. A relação é direta. Eu posso falar com você diretamente. Você tem a mesma importância de um sindicato gigante, depende do que você diz, depende do que você fala, depende do apelo do momento, da oportunidade que você vai colocar para a sociedade. Isso tem o mesmo peso, a mesma capacidade de difusão.

É aquilo que falava o Milton Santos dos polos difusores. Cada vez mais, está na mão do indivíduo. A construção dos territórios do Milton Santos está na mão dos indivíduos, porque eles estão conectados numa rede que é sistêmica. É um grande neurônio. Estamos virando uma grande rede. Você bota um impulso ali e ele circula, podendo mobilizar, mexer com sentimento etc.

Então, ou nós compreendemos que a revolução tecnológica que chegou aos mercados, que permite negociarmos três vezes, durante 1 dia, em três mercados distintos o mesmo dinheiro... Reparem: isso promoveu uma unicidade econômica internacional. Ou foi só vontade? Se não houvesse condições para isso? Não haveria como. Essas condições passaram a existir com a tecnologia, com a revolução tecnológica.



Nós estamos vivendo uma revolução tecnológica que permite que as pessoas falem diretamente, construam, articulem-se, mobilizem-se. É preciso entender que as pessoas querem participar, as pessoas querem construir a história de alguma forma porque elas, nas suas vidas privadas, estão construindo relações em que se sentem importantes e, naquilo que define a vida delas, elas têm uma barreira enorme de participação porque precisam participar de uma organização tal para disputar no meio daquela organização tal, com todo um ritual e com todo um desgaste, que são as disputas para ocupar espaço, para ocupar posição. E se eu posso me mobilizar sem participar de nada disso, se eu tenho a possibilidade de manifestar minha opinião? Como é que vamos fechar os olhos para essa possibilidade que está dada?

Por onde foi que as pessoas se mobilizaram nesse período? Pelas redes sociais. Por onde as pessoas estão fazendo coisas, de uma maneira geral? As pessoas compram pela rede social. As pessoas arranjam... e namoram pela rede social. As pessoas fazem... Virou uma possibilidade real. E por que não da vida pública? Não estou falando da rede social. Estou falando da possibilidade de as pessoas, diretamente, interagirem.

Então, acho que temos um desafio, que é refletir: como vamos dar conta dessa realidade? Não quer dizer, como foi dito aqui, que as organizações sociais não têm um papel, que os movimentos não têm um papel. Não estou dizendo isso. Estou dizendo que os indivíduos também podem ter papéis cada vez mais relevantes na construção e na condição de sujeito.

E a ferramenta que articula? Se antes eu me articulava através do sindicato, a tecnologia permite que eu me articule sem precisar fazer parte de um sindicato. Eu posso criar uma ideia, criar um espaço de unidade. E, toda vez que várias pessoas se reúnem para tratar de uma questão comum, há política, há possibilidade de interferência na história, mas, antes, precisávamos de quê? De um movimento, de um sindicato, precisávamos juntar forças. Para sermos vistos, era preciso haver uma multidão atrás de nós, organizada com 4 meses, 5 meses de mobilização. Agora pode ser de uma hora para a outra, porque há a possibilidade de chegarmos a milhares de pessoas ao mesmo tempo, e no País inteiro.



Como nós fazíamos uma greve nacional? Quanto tempo nós levávamos para mobilizar uma greve nacional? Marcávamos com 6 meses de antecedência. Eu fui Presidente de Sindicato. Eu sei como era isso. Agora, não, é em tempo real. Então, negligenciar que nós estamos diante de uma realidade que é nova e que possibilita... Precisamos entender isso e caminhar.

Olhem, eu acredito que a democracia representativa... Ou seja, quem está no Estado tem uma delegação. Você está habilitado, autorizado a gerir, mas não está mais com toda a liberdade para fazer o que você quer. Vai ter que interagir o tempo todo com o que as pessoas estão pensando, e debater, e fazer, o tempo todo, a relegitimação.

Então, é fundamental a democracia representativa, porque quem é que vai assinar, quem é que vai se responsabilizar, quem é que vai dirigir, quem é que vai comandar? Porque é preciso produzir, há processos complexos. Mesmo para que haja um sistema de tarifa zero, é preciso haver pessoas lá para assinar, é preciso pagar todos os custos, é preciso fazer o sistema funcionar. Ou não é? É. Alguém tem que ter a delegação para cumprir essa tarefa, mas ele não está autorizado a definir todas as coisas e renovar a legitimidade dele a cada 4 anos. Talvez isso tenha que ser feito o tempo todo.

Vou citar, por exemplo, as agências de telefonia, as agências. Ou não sabemos o que acontece, ou poderíamos saber tudo o que está acontecendo com cada usuário da telefonia e ter decisões articuladas, em tempo real, com o pensamento de quem usa o serviço.

No caso do sistema de transporte aéreo, do transporte público, por que não ser feito? Isso retroalimentaria o sistema, garantiria que o pensamento médio pudesse estar legitimando e devolvendo.

Então, eu acho que nós temos aí um novo tempo que precisamos compreender e nos organizar. Não é ter medo, não é achar que... Também concordo. Não é achar que mudou a história. Não! É um elemento, uma variável importante, que passa a fazer parte da construção histórica, com novos atores.

Ou nós não vivemos o tempo... Eu não vivi. Eu cheguei depois, mas, no final da década de 70, década de 80, quando o Eder Sader... Há aquele livro do Eder Sader, *Quando Novos Personagens Entram em Cena*, em que ele descreve a



importância de aqueles setores se organizarem e terem protagonizado a criação do Partido dos Trabalhadores, da CUT, tantos movimentos sociais que eclodiram no País inteiro. Ou não foi importante para a história do País? Foi muito importante! Qual foi a variável? Entraram na cena política outros atores, por diversas motivações. Como se organizaram? Comunidades eclesiais de base, movimento sindical, movimento que reivindicava, por exemplo, condições mínimas de sobrevivência na periferia sul de São Paulo, Movimento de Saúde da Zona Leste de São Paulo. Foram fundamentais esses movimentos para formar uma nova geração e uma nova subjetividade sobre o que é público. Foi fundamental tudo isso.

Então, agora, nós temos um elemento que está aí. É uma possibilidade de as pessoas diretamente... E as pessoas querem, o que é mais importante é que as pessoas querem.

(Não identificado) - Eu quero só fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Foi provocada. Aí, veio. Está vendo?

(Não identificado) - É uma observação final, só um comentário. É que passou agora, na CCJ do Senado, e eu espero que vá adiante, que venha para cá, uma reformulação do mecanismo de participação direta, de proposições populares, de iniciativa popular, iniciativa popular digital. Está passando agora uma das emendas, para ser digital, com certificação digital. Eu espero que realmente isso vá adiante. É um avanço, porque eu acho que, em 1988, não se pensava nisso, apesar de... Eu acho que diminuiu também o número de assinaturas. Então, espero que esse projeto venha para cá com melhorias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Carvalho) - Se é digital, não há problema com assinaturas. O difícil é a burocracia de checar, conferir as assinaturas, o cartório. O problema deste País é superarmos todos os cartórios que criamos em cada atividade, inclusive no movimento social, inclusive para participar da atividade política. Sempre há um cartório no nosso meio, ou vários cartórios, mas é uma boa notícia.

Eu quero agradecer a todos. Vamos continuar o nosso debate.

Luciano, muito obrigado. Francisco, muito obrigado. Eduardo, obrigado. Gabriel, obrigado. Rodrigo, Cristiane, muito obrigado a todos vocês. Às meninas,



que são estudantes da UnB, muito obrigado pela presença. A todos que estão aqui, muito obrigado.